

PHARMACIA

B R A S I L E I R A

Ano XX - Número 93 - Outubro/2021

Pharm. Bras. ISSN. 14144794

CFF: SEIS DÉCADAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E DE DEFESA DA SOCIEDADE





Podcast News Farma

**AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DA SEMANA
PARA VOCÊ OUVIR A
QUALQUER MOMENTO**

Disponível no Spotify, Deezer, Apple, Google e Rádio News Farma

palavra do presidente

O farmacêutico destaca-se como um dos profissionais da área da saúde mais acessíveis à maior parte da população. Com uma bela história, a categoria faz-se presente nos momentos mais importantes e decisivos na constante missão de ampliar o acesso aos medicamentos e promover a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Somos mais de 230 mil profissionais em atividade, no País, e temos diversas conquistas a comemorar, assim como diversas lutas a continuar. A profissão vem caminhando, a passos largos, para se consolidar como uma das que mais oferecem campos de atuação e oportunidades de trabalho. E o CFF, por meio da sua atribuição legal de regulamentação da profissão, é o principal agente desta expansão.

Nesta edição de "Pharmacia Brasileira", ilustramos a trajetória de construção e ascensão do nosso sistema, destacando os principais marcos deste longo caminho, até alcançarmos o atual momento evolutivo de nossa organização. O processo envolveu diversas personalidades que lutaram para que a profissão fosse reconhecida, admirada e amada por quem a exerce, entre os quais os conselheiros federais de Farmácia agraciados por ocasião do Dia Internacional do Farmacêutico com a Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional.

As seis décadas do CFF florescem ao lado da campanha para reforçar a importância da valorização profissional. A ação publicitária de 2021 destaca a decisiva e consistente atuação da categoria em um dos momentos de maior aflição enfrentados pela sociedade: a pandemia da Covid-19. Nosso intuito é enaltecer a indispensável contribuição técnica e científica oferecida, principalmente, nesse cenário, e reforçar iniciativas que proporcionem melhores condições de trabalho, remuneração justa e o respeito à autoridade técnica do farmacêutico, como projetos de lei do piso salarial nacional e do adicional de insalubridade, em tramitação no Congresso Nacional.

Não podemos esquecer que os desafios seguem. Um deles é capacitar os farmacêuticos para o novo momento da profissão. Neste sentido, o CFF tem incrementado a oferta de cursos de especialização, por meio da plataforma digital edufarma.cff.org.br, além de trabalhar para enaltecer todas as possíveis áreas de conhecimento de interesse, assim como as oportunidades de direcionamento da carreira.

É com muita alegria que lançamos mais uma edição da nossa revista. Desejamos a todos uma excelente leitura!



Walter da Silva Jorge João

Presidente do Conselho
Federal de Farmácia

PUBLICAÇÃO

Coordenação de Imprensa do
Conselho Federal de Farmácia

DIRETORIA

Walter da Silva Jorge João (Presidente)
Lenira da Silva Costa (Vice-Presidente)
Erlandson Uchôa Lacerda (Secretário-Geral)
João Samuel de Moraes Meira (Tesoureiro)

CONSELHEIROS FEDERAIS

Romeu Cordeiro Barbosa Neto (AC)
Mônica Meira Leite Rodrigues (AL)
Marcos Aurélio Ferreira da Silva (AM)
Carlos André Oeiras Sena (AP)
Altamiro José dos Santos (BA)
Egberto Feitosa Filho (CE)
Forland Oliveira Silva (DF)
Gedayaz Medeiros Pedro (ES)
Ernestina Rocha de Sousa e Silva (GO)
Luís Marcelo Vieira Rosa (MA)
Gerson Antônio Pianetti (MG)
Márcia Regina Gutierrez Saldanha (MS)
José Ricardo Arnaut Amadio (MT)
Walter da Silva Jorge João (PA)
João Samuel de Moraes Meira (PB)
José de Arimatea Rocha Filho (PE)
Italo Sávio Mendes Rodrigues (PI)
Luiz Gustavo de Freitas Pires (PR)
Maely Peçanha Favero Retto (RJ)
Lenira da Silva Costa (RN)
Jardel Teixeira de Moura (RO)
Erlandson Uchôa Lacerda (RR)
Josué Schostack (RS)
Hortência Sallet Muller Tierling (SC)
Maria de Fátima Cardoso Aragão (SE)
Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. (SP)
Martha de Aguiar Franco Ramos (TO)

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Aloísio Brandão - RP 1.390/07/65v/DF

REDAÇÃO

Aloísio Brandão
Denise Coelho
Ewerton Oliveira
Gustavo Lavorato
Leilane Alves
Maria Isabel Lopes
Murilo Caldas

REVISÃO

Aloísio Brandão
Leilane Alves

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gustavo Lavorato

FOTOS

Getty Images/Canva/CFF

Artigos não manifestam necessariamente a opinião da revista "Pharmacia Brasileira", e são de inteira responsabilidade dos seus autores.



SHIS QI 15 Lote L - Lago Sul / Brasília/DF
CEP: 71635-615

✉ comunicacao@cff.org.br

🌐 cff.org.br

📘 facebook.com/conselhofederaldefarmacia

📷 instagram.com/conselhofederaldefarmacia

🐦 twitter.com/imprensacff

📺 youtube.com/conselhofederaldefarmacia

06

CFF: seis décadas de valorização profissional e de defesa da sociedade



14

CFF concede Mérito Internacional no Grau de Grande Oficial



20

Remuneração justa, insalubridade e outros direitos são tema da solenidade do Dia Internacional do Farmacêutico



22

"Uma casa à altura da categoria"



25

Curso de capacitação de farmacêuticos em serviço de vacinação



29

Floralterapia é área de atuação do farmacêutico



32

A descoberta dos florais



35

Atuação na Oncologia exige
titulação mínima do farmacêutico



39

Liga Acadêmica de Telessaúde e
Telemedicina: uma opção para
direcionar a carreira



41

Pesquisa coordenada por
farmacêutico norteou enfrentamento
à Covid-19, no Maranhão



43

Pacientes diabéticos
ganham teleatendimento
farmacêutico, no Tocantins



49

CFF adere às causas
das mulheres e das
farmacêuticas



CFF: seis décadas de valorização profissional e de defesa da sociedade

Os conselhos de Farmácia foram criados, há mais de seis décadas. Desde 1960, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) tem estabelecido atribuições, deveres e responsabilidades profissionais do farmacêutico. A história da criação da entidade começou com farmacêuticos inspirados e motivados pela atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituída na década de 1930. Durante duas décadas, farmacêuticos travaram sua luta pela consolidação da profissão. Imbuídos da necessidade de regulamentar a profissão, farmacêuticos passaram a indagar, em congressos, encontros e eventos da área, sobre a possibilidade de se criar uma Ordem dos Farmacêuticos do Brasil.

Durante a II Semana da Farmácia, realizada, em São Paulo, entre 9 e 15 de agosto de 1936, farmacêuticos reunidos debateram e fortaleceram a ideia de criação da entidade. Aquele evento tornou-se um marco histórico para a profissão farmacêutica, no País. Na ocasião, o farmacêutico Eurico Brandão Gomes apresentou o primeiro anteprojeto e, com ele, deu o pontapé na busca da regulamentação profissional dos serviços prestados pelo farmacêutico, no Brasil.



Após duas décadas de luta, já em 1950, farmacêuticos ocupavam lugar de destaque junto à opinião pública, devido às descobertas científicas e ao desenvolvimento de novos fármacos. E a força desse reconhecimento junto à sociedade foi determinante para a concretização de uma ordem farmacêutica que, logo, ganhava a denominação de Conselho Federal de Farmácia (CFF). O auge dessa conquista se deu com o lançamento do anteprojeto definitivo, em 1956, sob a chancela da Associação Mineira de Farmacêuticos (AMF).

Lei criou o CFF, com apoio de JK e Ulysses

Foto: CPDOC/FGV



Presidente Juscelino Kubitschek e o então presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, empenharam-se em favor da criação do CFF

Mas o grande avanço ocorreu, em 1959, com a tramitação do anteprojeto que recebeu o apoio do então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Após aprovação, na Câmara, o projeto passou a ser avaliado pelo Senado Federal. Com a aprovação nas duas casas legislativas, finalmente, em 11 de novembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek assinou a Lei nº 3.820, que instituiu o Conselho Federal de Farmácia (CFF) como entidade autárquica federal da administração pública indireta, dotada de personalidade jurídica, de direito público, com autonomias administrativa e financeira.

A partir da assinatura da Lei 3.820/60 e da publicação desta normativa no “Diário Oficial da União” (D.O.U.), foram mais 120 dias, até a composição da primeira diretoria. A escolha deu-se em assembleia formada por um consultor-técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A autarquia foi constituída por delegados-eleitores dos sindicatos e associações de farmacêuticos. A escolha seguiu as formalidades estabelecidas para a escolha dessas diretorias. Uma delas era que as entidades participantes tivessem mais de um ano de atuação legal, no País, e seus representantes eleitos em assembleias das respectivas entidades escolhiam os dirigentes do CFF por voto secreto.

O primeiro presidente do órgão foi o farmacêutico Jayme Torres. Ele foi uma das lideranças que mais se destacou nas articulações para aprovação da Lei. Eleito pela maioria dos seus pares, Jayme Torres ocupou a presidência do Conselho junto ao colega de profissão Aluísio Pimenta, ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e eleito vice-presidente do CFF.

“A história da profissão farmacêutica, no Brasil, é muito bonita e cativante, porque nós passamos de uma situação em que tínhamos poucas áreas de atuação, pelo reconhecimento legal, regulamentação dos nossos conselhos de classe, Conselho Federal e conselhos regionais e continuamos avançando, ao longo de décadas, para conquistar novos espaços. Quando foi regulamentada, a gente atuava basicamente na área do medicamento, no laboratório clínico ou em análise de alimentos. Nós avançamos na indústria e em mais de 135 áreas de atuação, que nos deram muita força para o exercício profissional nos diversos âmbitos que a sociedade exige”, declara o conselheiro federal de Farmácia pelo Maranhão, Marcelo Rosa.



A história da profissão farmacêutica, no Brasil, é muito **bonita e cativante**.

Marcelo Rosa

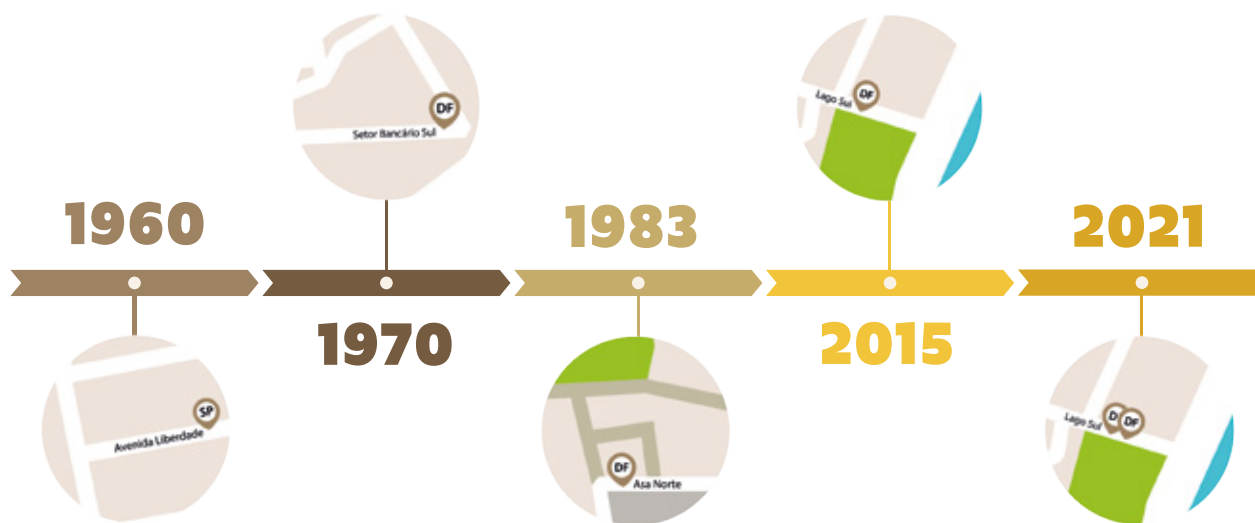
Conselheiro federal de Farmácia pelo Maranhão

As sedes do CFF

A primeira sede foi instalada, na Avenida Liberdade, na capital paulista. Era década de 1960, e o grande destaque político da época era a criação de Brasília pelo governo de JK para sediar a capital federal, num projeto de interiorização do País. O cenário transformador impulsionou ideias de crescimento e desenvolvimento que impactaram diretamente na história do Brasil. E a inauguração da capital, no Centro-Oeste, influenciou a decisão de transferência da autarquia para Brasília.

Foi quando, em 1970, o então conselheiro federal de Farmácia, Aleixo Prates, fez uma solicitação formal de transferência da sede da autarquia para a capital do País. A mudança ocorreu, efetivamente, 13 anos depois, em 1983, quando, com recursos próprios devidamente declarados ao Tribunal de Contas da União (TCU), a entidade adquiriu o oitavo andar do Edifício Seguradoras, no Setor Bancário Sul, região central de Brasília.

Onze anos depois, veio à nova mudança, devido ao aumento das atividades realizadas, no local. Desta vez, o órgão federal passou a ocupar um prédio na quadra 712/713 da Asa Norte da cidade. Mais uma mudança ocorreu, 21 anos após, em 2015, quando o CFF inaugurou, no dia 19 de março, a principal casa de todos os farmacêuticos do País, localizada na QI 15, do Lago Sul. Em 2021, o CFF inaugurou o Edifício Sede II, na mesma localidade. Até hoje, todos esses espaços continuam sendo de propriedade do Conselho, ou seja, um patrimônio da classe farmacêutica.



Criação dos regionais

Com o intuito de expandir atribuições e deveres constitucionais dos farmacêuticos, em todo o território nacional, o Conselho Federal de Farmácia criou, dia 5 de julho de 1961, os dez primeiros conselhos regionais de Farmácia (CRFs), por meio da Resolução CFF nº 002, de 1961. Desde o início, os CRFs possuem autonomia administrativa e financeira, podendo criar seções e subseções em sua jurisdição.

A publicação da portaria, à época, possibilitou aos regionais a criação de três comissões permanentes: Tomada de Contas, Assistência Profissional e Ética Profissional. Ficou instituído que os gestores dos regionais devem prestar contas ao Federal, a cada trimestre. Os primeiros membros desses regionais foram nomeados pelo então presidente do CFF, Jayme Torres, a partir de consulta a entidades da classe farmacêutica de cada jurisdição. A representação profissional dos farmacêuticos, inicialmente, foi organizada em blocos de estados da Federação, conforme determina a resolução.

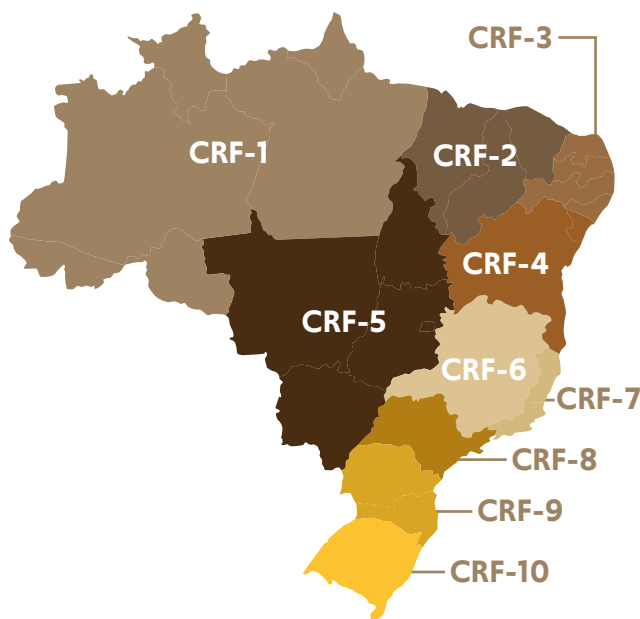


Os farmacêuticos podem ter a certeza de que não estão sozinhos. Nós trabalhamos diariamente em prol de duas causas: **valorizá-los em seu labor e proteger a sociedade**

Marcos Aurélio Ferreira

Conselheiro federal de Farmácia pelo Amazonas

RESOLUÇÃO CFF Nº 002/1961



Sistema CFF/CRFs

Atualmente, existem 27 conselhos regionais de Farmácia distribuídos, no País. Esses órgãos têm a função de zelar pelos princípios da ética e, também, da disciplina da classe farmacêutica em atividade, no Brasil. A missão do sistema CFF/CRFs é proteger a sociedade e valorizar o farmacêutico na prestação de serviços de saúde para a população.

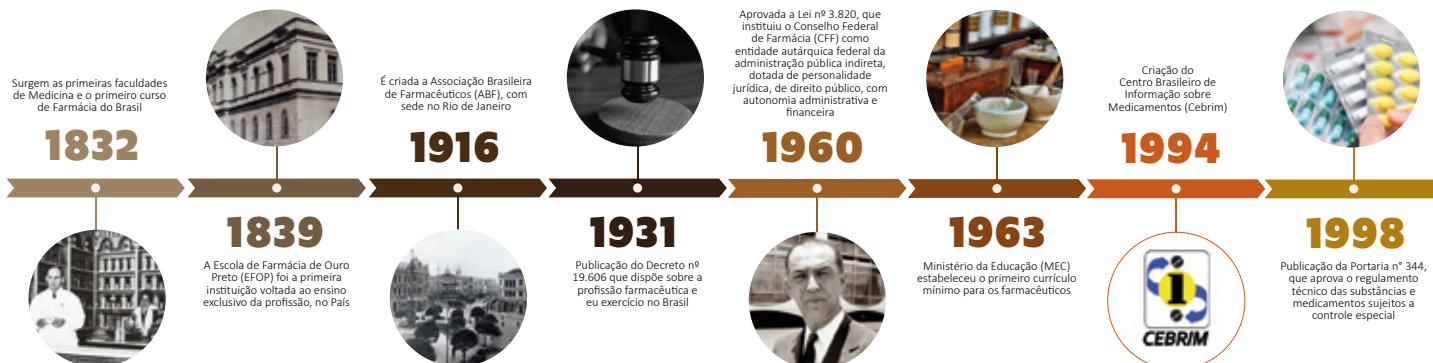
Entre os objetivos desse sistema está a garantia da promoção da assistência farmacêutica de qualidade, em harmonia com os direitos dos cidadãos. O sistema CFF/CRFs busca, além de regulamentar a profissão farmacêutica, fortalecer os farmacêuticos com a promoção de capacitações, elaboração de conteúdos voltados para as diversas áreas de atuação e fiscalizando o exercício profissional. “Os farmacêuticos podem ter a certeza de que não estão sozinhos. Nós trabalhamos diariamente em prol de duas causas: valorizá-lo em seu labor e proteger a sociedade”, comenta Marcos Aurélio Ferreira da Silva, conselheiro federal de Farmácia pelo Amazonas.

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

- ✓ Expedir resoluções, definindo ou modificando atribuições ou competência dos profissionais de Farmácia
- ✓ Propor as modificações que se tornarem necessárias à regulamentação do exercício profissional
- ✓ Ampliar o limite de competência do exercício profissional
- ✓ Colaborar na disciplina das matérias de ciência e técnica farmacêutica, ou que de qualquer forma digam respeito à atividade profissional
- ✓ Organizar o Código de Deontologia Farmacêutica
- ✓ Deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins às do farmacêutico
- ✓ Zelar pela saúde pública, promovendo a assistência farmacêutica

ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE FARMÁCIA

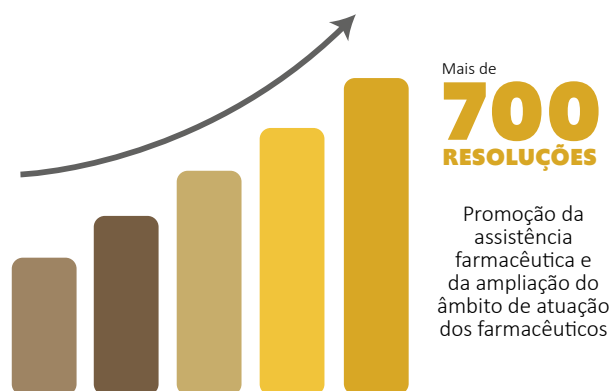
- ✓ Fiscalizar o exercício da profissão
- ✓ Registrar os farmacêuticos e habilitá-los ao exercício profissional (conselhos regionais de Farmácia)
- ✓ Garantir que os princípios da disciplina e da ética farmacêutica sejam cumpridos
- ✓ Sugerir ao CFF medidas para a regulamentação dos serviços profissionais
- ✓ Manter registro sobre o local de atuação do farmacêutico junto ao mercado de trabalho
- ✓ Garantir, em suas respectivas áreas de jurisdição, que a atividade farmacêutica seja exercida por profissionais legalmente habilitados
- ✓ Defender o âmbito profissional e esclarecer dúvidas relativas à competência do profissional farmacêutico



Conhecer a história dos conselhos é uma forma de compreender e reconhecer a evolução da profissão ao longo desses 60 anos, que se intensificou em velocidade máxima na última década. Há dez anos, quem imaginava uma farmácia com consultório farmacêutico e prestação de serviços à saúde? E farmacêuticos prescrevendo medicamentos e terapias não farmacológicas, vacinando pessoas em farmácias ou atuando em consultórios independentes, no cuidado direto ao paciente?

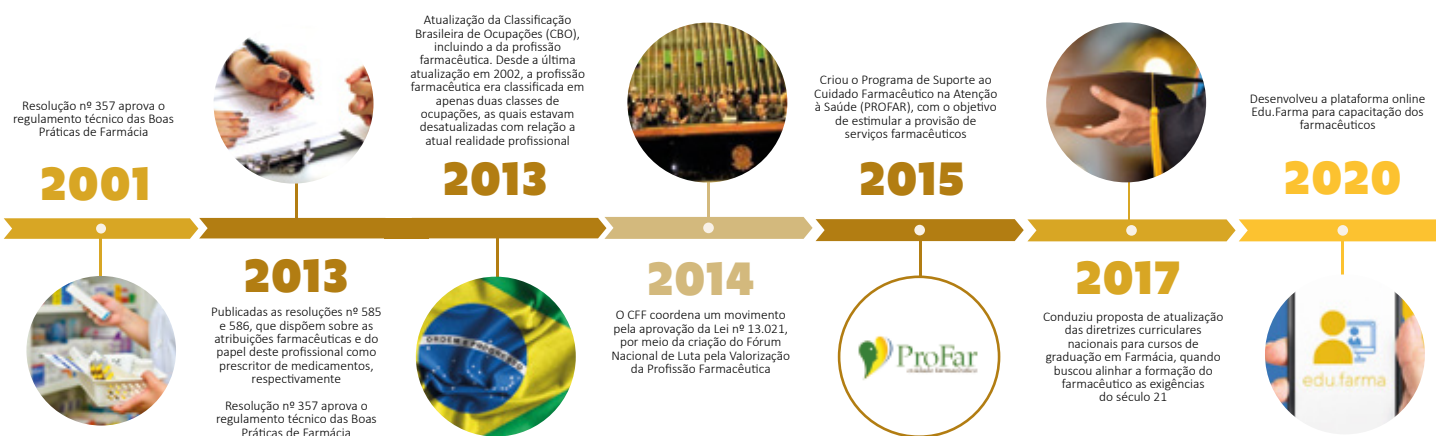
Essa evolução é um dos resultados do trabalho do Conselho Federal de Farmácia, que tem diversificado suas ações em cumprimento às suas atribuições legais de promoção da assistência farmacêutica e da ampliação do âmbito de atuação dos farmacêuticos.

Nesses 60 anos, o CFF aprovou mais de 700 resoluções, entre as quais normativas que disciplinam as áreas de atuação citadas e muitas outras. A lista inclui, além da regulamentação das especialidades tradicionais, como gestão, logística, atenção farmacêutica e análises clínicas, especialidades inovadoras como a perfusão sanguínea, a floralterapia, a genética, as atribuições clínicas, o tratamento de água, a produção de alimentos, as práticas integrativas, a hemoterapia e a estética.



Junto com os conselhos regionais, o CFF também tem trabalhado para que os farmacêuticos tenham o suporte legal para a atuação em todas essas áreas. Farmacêutica. O conselho federal coordenou o movimento pela aprovação da Lei 13.021/2014, por meio da criação do Fórum Nacional de Luta pela Valorização da Profissão Farmacêutica.

Sensibilizou dirigentes e a área técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, à publicação de normas sanitárias como a RDC nº 197, que regulamentou os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.



Fotos: Pharma Science/UFOP/
Rio de Janeiro/TodaMatéria

O conselho também interviu pela atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO, ampliando de 2 para 8, o número de ocupações, e de 9 para 117 as especialidades farmacêuticas reconhecidas pela legislação trabalhista. E trabalhou pela vinculação da CBO à tabela de procedimentos do SUS, legitimando as atividades clínicas do farmacêutico na rede pública. Isso, apenas para citar alguns exemplos.

A formação dos farmacêuticos é uma preocupação constante. E isso fez com que o CFF conduzisse a proposta de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia, buscando alinhar a formação do profissional às exigências do século XXI. Outra frente de atuação é o movimento em defesa do ensino presencial nos cursos de graduação em Farmácia e em outras áreas da saúde, por meio de campanhas, da sensibilização de políticos e de gestores públicos vinculados ao ensino e à saúde, e também de iniciativas como a judicialização de atos e políticas que banalizam a formação.

FORMAÇÃO DOS FARMACÊUTICOS



CFF conduziu a proposta de **atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia**, buscando alinhar a formação do profissional às exigências do século XXI



Movimento em defesa do ensino presencial nos cursos de graduação em Farmácia e em outras áreas da saúde, por meio de campanhas, da sensibilização de políticos e de gestores públicos

Por meio do Programa de Suporte ao Cuidado Farmacêutico na Atenção à Saúde, o Profar, o CFF buscou estimular a provisão de serviços farmacêuticos. O programa incluiu o lançamento dos guias de prática clínica, para orientar o cuidado direto ao paciente, e um curso, Prescrição Farmacêutica no Manejo de Problemas de Saúde Autolimitados, que aprovou mais de 11 mil alunos em todas as regiões do país.

Outro curso, o Cuidado Farmacêutico, veio para apoiar os farmacêuticos no exercício da prática clínica no SUS e também nas farmácias comunitárias privadas. Cerca de 5,5 mil alunos foram beneficiados. E agora, com a plataforma virtual para a capacitação on-line, a edu.farma, a expectativa é ampliar os profissionais beneficiados. A ferramenta foi inaugurada com o curso Rastreamento em saúde e realização de “Testes rápidos” para Covid-19 por farmacêuticos, e vários outros conteúdos já estão disponíveis, entre os quais, o curso Serviço de Vacinação por Farmacêuticos, ministrado em duas etapas, nas modalidades on-line e presencial.



Estamos trabalhando, e incansavelmente, para que a Farmácia alcance o destaque que merece, que o farmacêutico seja cada vez mais necessário e, conseqüentemente, mais valorizado

Walter Jorge João
Presidente do CFF

E o trabalho não para por aí. Muitos desafios ainda estão pela frente. A valorização do farmacêutico por meio da instituição de um piso salarial adequado, de uma jornada de trabalho compatível, da garantia do pagamento do adicional de insalubridade e do respeito à autoridade técnica são urgentes. E por isso, essas demandas são o mote da campanha pelo Dia Internacional do Farmacêutico, conforme você pode conferir em reportagem nas páginas a seguir. “Estamos trabalhando, e incansavelmente, para que a Farmácia alcance o destaque que merece, que o farmacêutico seja cada vez mais necessário e, conseqüentemente, mais valorizado, e que os estudantes de Farmácia, encontrem uma nova realidade profissional quando chegarem ao mercado de trabalho” comenta o presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João.

Pandemia e atuação do farmacêutico

A crise sanitária causada pelo novo coronavírus abalou o mundo. Os profissionais de saúde estiveram - e ainda estão - cuidando dos pacientes, combatendo o vírus no foco da crise, nos leitos dos hospitais. O farmacêutico, também, esteve à frente desta luta, por meio da elaboração de protocolos clínicos, realização de pesquisas, testagem em massa de pacientes, na manipulação de medicamentos e fabricação de álcool em gel, dispensação de medicamentos, no desenvolvimento de vacinas e aplicação na população, entre outros.

Isso reflete o quanto o farmacêutico, no Brasil, é valorizado em suas atividades. “Para nós, estar vivenciando este momento de grande revolução em função da pandemia, em que o farmacêutico é um dos protagonistas na pesquisa para abrir espaços a novas vacinas, sem o farmacêutico, não seria possível analisar protocolos que salvaram vidas, como, por exemplo, a de que os anticoagulantes reduzem o número de mortalidade dentro dos hospitais. Muitas pesquisas, análises, estabelecimento de protocolos tiveram o farmacêutico à frente e isso é resultado de muitas conquistas, ao longo de todas essas décadas, por profissionais pioneiros, desbravadores e conquistadores de grandes espaços e reconhecimento de outras profissões”, conclui o conselheiro federal de Farmácia pela Bahia, Altamiro José dos Santos.



Sem o farmacêutico, não seria possível analisar protocolos que salvaram vidas, como o de que os anticoagulantes reduzem o número de mortalidade dentro dos hospitais

Altamiro José dos Santos
Conselheiro federal de Farmácia pela Bahia



Dia Internacional do Farmacêutico

CFF concede Mérito Internacional no Grau de Grande Oficial

Oito conselheiros federais de Farmácia receberam o distintivo do CFF.

A data foi marcada, ainda, por campanha de valorização profissional e pela inauguração do edifício II da sede do Conselho Federal de Farmácia



O Dia Internacional do Farmacêutico, 25 de setembro, foi comemorado, em 24.09.21, pelo Conselho Federal de Farmácia, com três eventos relevantes: a deflagração de uma campanha de valorização profissional e salarial; a inauguração do edifício sede II do órgão, no Lago Sul de Brasília, e a outorga da Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional no Grau de Grande Oficial. A solenidade de concessão da honraria foi realizada, no segundo dia da 509ª Reunião Plenária do CFF. Oito conselheiros federais de Farmácia receberam o distintivo. São eles os doutores Mônica Meira Leite Rodrigues (AL), Egberto Feitosa Filho (CE), José de Arimatea Rocha Filho (PE), Ítalo Sávio Mendes Rodrigues (PI), Maely Peçanha Fávero Retto (RJ), Jardel Teixeira de Moura (RO), Hortência Salett Muller Tierling (SC) e Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Júnior (SP).

A Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional foi instituída, em 2008, por meio da Resolução/CFF nº 472. O objetivo é homenagear profissionais merecedores de reconhecimento por prestação de serviços louváveis e virtudes cívicas. O presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter da Silva Jorge João, reforçou a importância desse reconhecimento. “Esta é uma justa homenagem a todos que se dedicam a representar os farmacêuticos de seus respectivos estados, em nosso Plenário”, argumentou Dr. Walter Jorge.



A conselheira federal de Farmácia pelo Estado de Santa Catarina, Hortência Salett Muller Tierling, foi uma das contempladas. Ex-inspetora da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e ativista das causas profissionais, a Dra. Hortência Muller agradeceu a confiança dos colegas catarinenses. “Estou muito feliz e honrada em receber esta certificação, que divido com os colegas de Santa Catarina, os quais confiaram em mim para estar no Plenário do CFF, juntamente com o meu suplente Otto Luiz Quintino Júnior, representando a classe farmacêutica do Estado e lutando para a defesa e valorização da nossa profissão, em todo o seu vasto âmbito de atuação, nos serviços público e privado”, comemorou a conselheira por Santa Catarina.

Os conselheiros federais de Farmácia homenageados

A Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional no Grau de Grande Oficial é outorgada pelo Conselho Federal de Farmácia àqueles que lutaram pelo engrandecimento da profissão farmacêutica e pelo fortalecimento da saúde. Conheça os conselheiros federais de Farmácia homenageados, em 2021, com o distintivo.



Mônica Meira Leite Rodrigues ALAGOAS

Docente efetiva da disciplina de Imunologia Clínica e coordenadora do estágio em Análises Clínicas do Instituto de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a **Dra. Mônica Rodrigues** é, ainda, professora da residência multiprofissional da mesma instituição de ensino, além de servidora pública federal do Hospital Universitário Alberto Antunes, da UFAL, onde desenvolveu suas atividades no setor de Imunologia do Laboratório de Análises Clínicas do qual foi diretora. Atualmente, ela chefa a divisão de apoio diagnóstico e terapêutico do mesmo laboratório. A farmacêutica participou de várias diretorias do Conselho

Regional de Farmácia de Alagoas nas funções de secretária-geral, vice-presidente e presidente. Dra. Mônica Meira é conselheira federal de Farmácia pelo Estado de Alagoas. O seu suplente é o **Dr. Fábio Pacheco Pereira da Costa**.



Egberto Feitosa Filho **CEARÁ**

Farmacêutico formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2003, **Dr. Egberto Feitosa Filho** especializou-se em Análises Clínicas e Hematologia Clínica e em Farmácia Clínicas e Prescrição (em curso). Teve atuação marcante em áreas da Farmácia nos setores público e privado. Ele é oficial farmacêutico do Exército Brasileiro (1º Ten. OFT), atuou no Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (AM), na farmácia ambulatorial do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5º BIS) e no Hospital Militar de Área de Manaus (AM). Trabalhou, ainda, no Hospital Geral do Exército, em Fortaleza (HGeF), e na Empresa Diagnósticos das

Américas (DASA), entre 2009 e 2010. Atualmente, é servidor público federal junto ao Hospital Universitário Walter Cantídio, da Universidade Federal do Ceará e servidor público municipal do Hospital Municipal de Maracanaú (CE). Dr. Egberto Feitosa Filho presidiu a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas/Regional Ceará (SBAC/CE). Tem atuação de destaque na política profissional, elegendo-se vice-presidente do CRF-CE e, em 2019, conselheiro federal de Farmácia pelo Ceará. O seu suplente, no CFF, é o **Dr. José Nilson Ferreira Gomes Neto**.



José Arimatea Rocha Filho **PERNAMBUCO**

O **Dr. José de Arimatea Rocha Filho** é um homem devotado ao conhecimento das ciências farmacêuticas e à política profissional. Farmacêutico com mestrado em Ciências Farmacêuticas e doutorando em Inovação Terapêutica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ele teve importante atuação na coordenação do serviço de farmácia dos hospitais Ermírio Coutinho, Servidores do Estado e Real Hospital Português. Outra atuação de destaque do Dr. José de Arimatea foi nos serviços de assistência farmacêutica e na II Gerência Regional de Saúde do Município de Olinda (PE). Na Secretaria de Saúde do Estado, ele liderou o processo de

ampliação e interiorização da rede de farmácia. Atualmente, coordena o setor de farmácia do Hospital das Clínicas da UFPE/EBSERH onde foi implantado o Serviço de Farmácia Clínica. A sua liderança vem desde quando era estudante de Farmácia e dirigiu o Diretório Acadêmico de sua faculdade. Foi diretor, ainda, do Sindicato e de associações de sua categoria, como também do Conselho Regional de Farmácia do seu Estado. Dr. José de Arimatea é conselheiro federal de Farmácia por Pernambuco, tendo como suplente o **Dr. Olavo Barbosa Bandeira**



Distintivo representativo
da honraria do Mérito
Farmacêutico Internacional



Ítalo Sávio Mednes Rodrigues **PIAUI**

Graduado em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 2004, o **Dr. Ítalo Sávio** especializou-se em Farmacologia e Dispensação Farmacêutica e cursou o mestrado em Farmacologia Clínica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com pesquisa nas áreas de mutagenese e genotoxicidade. É ex-professor substituto de Bioquímica da UFPI, e de Farmacologia e Bioquímica da Faculdade Fatepi. Foi, também, coordenador do curso de Farmácia da Faculdade de Bacabal (MA). Dr. Ítalo Sávio atuou, ainda, como servidor público junto à Secretaria de Saúde do Piauí, Estado do qual gerenciou o Serviço de Assistência Farmacêutica e, em seguida, a

Vigilância Sanitária Estadual. Foi presidente e vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia do Piauí e, hoje, dirige a Fundação Estatal Piauiense de serviços Hospitalares. Dr. Ítalo Sávio Mendes Rodrigues é conselheiro federal de Farmácia pelo Piauí e tem, como suplente, a **Dra. Elena Lúcia Sales Souza**.



Maely Peçanha Favero Retto **RIO DE JANEIRO**

Graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), **Dra. Maely Favero** formou-se mestre em Química Biológica pela mesma instituição de ensino na qual, também, graduou-se doutora em Ciências Farmacêuticas. É especialista em Farmácia Hospitalar e em Farmácia Clínica pela Sbraph (Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar). Hoje, atua na farmácia hospitalar do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e no Hospital Municipal Miguel Couto, no Rio. A Dra. Maely Favero é, ainda, docente da Residência Multiprofissional em Oncologia do INCA e de cursos de pós-graduação e tem experiência na área de metrologia biológica, com ênfase

no estudo de medicamentos biossimilares. Foi conselheira regional e vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro. Em 2020, Dra. Maely Peçanha Favero Retto elegeu-se conselheira federal de Farmácia pelo seu Estado. A **Dra. Selma Rodrigues de Castilho** é a conselheira suplente.



Jardel Teixeira de Moura RONDÔNIA

Graduado em farmácia generalista na Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA), em 2011; pós-graduando em Toxicologia Clínica e Forense e em Fitoterapia, **Dr. Jardel Teixeira de Moura** atua como farmacêutico assistente em farmácia comunitária. É conselheiro federal de Farmácia pelo Estado de Rondônia e presidente da Associação dos Farmacêuticos daquele Estado (Asfaro). Também, é membro dos Agentes Voluntários do Brasil de Combate à Corrupção (AVB) e conselheiro municipal de Saúde de Porto Velho. O suplente do Dr. Jardel Teixeira de Moura no CFF é o **Dr. Eduardo Margonar Júnior**.



Hortência Sallet Muller Tierling SANTA CATARINA

Farmacêutica formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-graduação em Saúde Pública pela ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca)/Fiocruz, a **Dra. Hortência Muller** atua no Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó (SC). Foi inspetora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para os programas de Inspeção na Indústria Farmacêutica/Farmoquímica e nos serviços de hemoterapia de todo o Brasil. Também, integrou o Comitê Assessor da Anvisa para o Programa Farmácias Notificadoras. Dra. Hortência foi conselheira estadual de Saúde do Estado

de Santa Catarina e do Município de Chapecó, além de membro da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Foi vice-presidente e presidente do CRF-SC (2004 a 2017), contribuindo para a expansão da regionalização do CRF. Participou ativamente da luta em favor da aprovação da Lei Federal nº 13021/2014, que reafirma a autoridade técnica do farmacêutico, e da Lei Estadual (SC) nº 16473/2014, pioneira, no País, que autoriza a aplicação de vacinas, em farmácias, e a manipulação de medicamentos e produtos isentos de prescrição, mediante prescrição do farmacêutico. Dra. Hortência Sallet Muller Tierling é conselheira federal de Farmácia por Santa Catarina e o seu suplente, no CFF, é o **Dr. Otto Luiz Quintino Júnior**.



Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. SÃO PAULO

Farmacêutico industrial formado pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP (Universidade de São Paulo) de Ribeirão Preto, Dr. Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. especializou-se em Manipulação Magistral e em Cosmetologia. Coordenou o curso de Montagem e Habilitação em Farmácia Magistral, do Instituto Racine, de 2000 a 2011, e dirigiu a Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais), instituição da qual foi vice-presidente, de 2012 a 2015. Também, foi proprietário de farmácia e conselheiro regional de Farmácia de São Paulo, quando foi eleito pelos seus pares de plenário para os cargos de secretário-geral

e vice-presidente do CRF-SP. O farmacêutico, também, dirigiu a seccional daquele regional, sediada, em São João da Boa Vista. Hoje, atua, ainda, como consultor e palestrante para o setor magistral e integra a Comissão Externa de acompanhamento do SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados), da Anvisa. **Dr. Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr.** é conselheiro federal de Farmácia pelo Estado de São Paulo. O seu suplente é o **Dr. Leoberto Costa Tavares**.



Você pode conferir como foi a entrega da Comenda do Mérito Farmacêutico Internacional no programa **Conexão CFF**. Toda Plenária é documentada, registrada e divulgada, em formato de vídeo, através das redes sociais do CFF.



Assista também as edições anteriores:



Remuneração justa, insalubridade e outros direitos são tema da solenidade do Dia Internacional do Farmacêutico

VALORIZE O FARMACÊUTICO

ELE SEMPRE ESCOLHE O MELHOR CAMINHO
PARA GARANTIR O SEU **BEM-ESTAR**



“Valorize o farmacêutico. Ele sempre escolhe o melhor caminho para garantir o seu bem-estar”. Esta é a mensagem central da campanha lançada pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em setembro de 2021, para marcar o Dia Internacional do Farmacêutico, comemorado, em 25 de setembro, e o Dia Nacional do Farmacêutico, em 20 de janeiro. A intenção é ir além das comemorações e estimular, em paralelo, um movimento pela garantia dos direitos e prerrogativas do farmacêutico, como salário digno, insalubridade e garantias do exercício ético e de qualidade.

Uma das principais peças da campanha “Valorize o Farmacêutico”, do CFF, é um vídeo ressaltando a importância da atuação do farmacêutico, principalmente, durante a pandemia da Covid-19. O público-alvo são os farmacêuticos, autoridades constituídas nas áreas de interesse da campanha e a população em geral. Ações estratégicas vão estimular o envolvimento da categoria, como o lançamento do hotsite valorizeofarmaceutico.cff.org.br e das hashtags #ValorizeoFarmacêutico e #CuidadoParaQuemCuida.

A peça que inaugura a campanha traz a imagem de dois farmacêuticos vestidos de jaleco branco, posicionados de pé e de costas, o que representa o caminho que ele irá escolher, e remete à ideia de oposição entre o que o farmacêutico representa e o que a população deve fazer para valorizá-lo.

A caracterização do cenário divide-se em dois lados opostos. O esquerdo, um ambiente de trabalho do farmacêutico, é o lado da atuação. O direito, a imagem de um posto de trabalho abandonado, simboliza o lado da luta, representando, também, a necessidade da valorização pela população.

Observatório da profissão e comitê de direitos

Haverá, também, a criação do Observatório da Profissão Farmacêutica, para subsidiar as ações dos conselhos de Farmácia na busca de solução dos gargalos da profissão. Por meio do Observatório, será realizada a segunda edição da pesquisa o Perfil do Farmacêutico no Brasil. Os dados serão divulgados, no Dia Nacional do Farmacêutico, em 20 de janeiro de 2022. Dentre as ações da campanha, estão previstas, ainda, a criação do Comitê de Direitos e Prerrogativas Profissionais, no CFF, e o fomento à reprodução dessas estruturas, nos CRFs, e a convocação do Fórum Nacional de Luta pela Valorização da Profissão Farmacêutica.



A campanha mostrará à população a importância da atuação do farmacêutico

Gustavo Pires

Conselheiro federal de Farmácia pelo Paraná

Importância da atuação do farmacêutico

O conselheiro federal de Farmácia pelo Paraná, Gustavo Pires, explica que o diferencial dessa campanha em relação às outras já realizadas é que se criou uma forma distinta do habitual, para parabenizar o farmacêutico. “Por meio de todas as ações que desenvolvemos para serem realizadas, até o dia 20 de janeiro de 2022, iremos mostrar a importância de nossa atuação, com peças publicitárias veiculadas em nossas redes sociais e, também, teremos as ações práticas. Pensamos essa campanha em busca de valorização profissional pela população e, por meio desses exemplos claros, ainda, queremos mostrar que o Conselho Federal de Farmácia escuta os anseios da categoria e busca soluções”, argumenta o Dr. Gustavo Pires.

[Acesse o QR Code](#) para
entrar no site oficial da
campanha



“Uma casa à altura da categoria”

(Walter Jorge, presidente do CFF)

O presente à categoria pelo Dia Internacional do Farmacêutico foi entregue pelo Conselho Federal de Farmácia, antecipadamente, no dia 24.09.21, em Brasília. No encerramento da sua 509ª Reunião Plenária, a entidade inaugurou o edifício II, construído ao lado da sede atual. O novo prédio agrega um patrimônio considerável aos mais de 230 mil farmacêuticos em atividade, no País. A placa foi descerrada pelos quatro diretores do CFF, Walter Jorge João (presidente), Lenira da Silva Costa (vice-presidente), Erlandson Uchôa Lacerda (secretário-geral) e Samuel Meira (tesoureiro), na presença dos conselheiros federais, ex-conselheiros e convidados.

Se, antes, a sede já era funcional, planejada, adaptada e sustentável, agora, com o anexo, ela se torna, ainda, mais digna dos farmacêuticos. O edifício II conta com auditório, local adequado para abrigar o museu da profissão e maior conforto para as reuniões de comissões e grupos de trabalho que atuam, para garantir a qualidade dos serviços farmacêuticos, o exercício ético e a valorização dos profissionais.

O presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, iniciou seu discurso agradecendo aos conselheiros federais, incluindo aqueles que faziam parte do plenário, por ocasião da aprovação da aquisição do prédio. “Eles que nos auxiliaram a dar o primeiro passo para chegarmos aqui” disse, lembrando-se, também, de enaltecer a contribuição dos colaboradores do Conselho, em especial o administrador, Luiz Carlos Viglongo.

Walter Jorge João lembrou a sua origem de caboclo da Amazônia e destacou que a sua trajetória como liderança farmacêutica confunde-se com a história do próprio Conselho. E fez questão de relembrar como eram as diferentes casas que o órgão ocupou, desde a sua fundação, há 60 anos. Ele ressaltou que os primeiros espaços, em São Paulo, e depois, no Edifício Seguradoras, em Brasília, eram bem acanhados. Depois, veio o edifício da Asa Norte, e em 2014, a sede atual, no Lago Sul.



Dr. Walter Jorge lembra que inauguração do edifício II, que passa a integrar a sede do CFF, é parte da **evolução vivenciada pela profissão farmacêutica**, ao longo de sua história e, mais particularmente, a partir de 2012



Evolução

Para o presidente, essa evolução compara-se à que a profissão vivenciou em toda a sua história e, mais particularmente, a partir de 2012. Destacou que, hoje, a Farmácia tem uma casa, de fato, à altura da categoria. “Esta semana, recebemos, aqui, o secretário executivo do Ministério da Saúde, Dr. Rodrigo Cruz, e ele se surpreendeu com a nossa casa. Disse que jamais podia imaginar que a profissão farmacêutica era tão organizada quanto estava vendo, naquele momento”, narrou ele, encerrando seu discurso em que falou da importância de união e humildade. “Precisamos caminhar de braços dados e com sentimento de humildade, para avançarmos. Ninguém é mais que ninguém!”, disse o presidente do CFF.

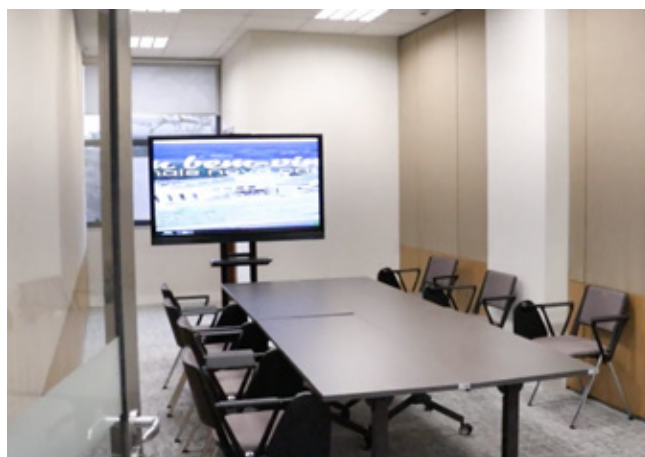
Uma chuva torrencial caiu, antes da inauguração do edifício II. O presidente lembrou que todos os acontecimentos importantes para o Conselho, nos últimos anos, foram marcados por este mesmo fenômeno. Foi assim, por ocasião da aprovação das resoluções de números 585 e 586/2013, que dispõem sobre as atribuições clínicas e a prescrição farmacêutica, e, também, da inauguração da sede I, no Lago Sul. O ato de inauguração foi encerrado com palavras de fé proferidas pelo conselheiro federal de Farmácia pelo Espírito Santo, Gedayas Medeiros Pedro, e pelo padre Carlos Henrique Silva Oliveira, pároco da Paróquia São Pedro de Alcântara. Em seguida, os convidados visitaram as instalações do novo prédio.



O Edifício Sede II do CFF é anexo à sede atual, no Lago Sul, em Brasília



Auditório para mais de 200 pessoas



Salas de reunião e convivência



Museu da Farmácia

Curso de capacitação de farmacêuticos em serviço de vacinação

As aulas online estão disponíveis na plataforma gratuita Edu.farma do CFF. Conteúdo inclui videoaulas teóricas e dois dias de prática presenciais.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) elaborou o curso **Serviço de Vacinação por Farmacêuticos**, com o objetivo de apoiar o enfrentamento da Covid-19 e de promover a capacitação e a qualificação profissional. O seu conteúdo está disponível, gratuitamente, por meio da plataforma do CFF edufarma.cff.org.br para profissionais de todo o País que estejam inscritos nos conselhos regionais de Farmácia. As aulas foram elaboradas por membros da assessoria da presidência do CFF, consultores *ad hoc* e uma equipe de professores e convidados, especializados na área de vacinação, incluindo técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Programa

O curso é composto por 60 horas de atividades, divididas em 40 horas na modalidade à distância/autoinstrucional, e 20 horas na modalidade presencial, reunindo as principais informações, para possibilitar o desenvolvimento de competências necessárias à prestação de serviços de vacinação. A proposta pedagógica contextualiza o panorama da vacinação, no País, com destaque para os papéis que podem ser desempenhados pelo farmacêutico.



“Esta é mais uma iniciativa para apoiar o enfrentamento da Covid-19, com o propósito de contribuir para o aumento no número de **farmacêuticos vacinadores**”



Walter Jorge João
Presidente do CFF

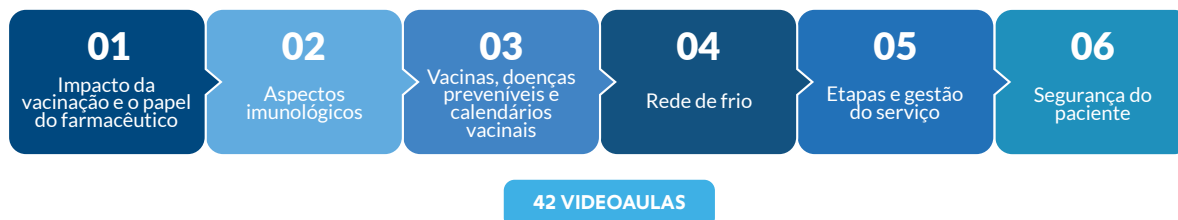
O presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, lembra que esta é mais uma iniciativa para apoiar o enfrentamento da Covid-19, com o propósito de contribuir para o aumento no número de farmacêuticos vacinadores. “Vivemos uma emergência mundial, de grande desafio para todos nós, profissionais da saúde. Esperamos que, ao concluir o curso, o colega farmacêutico esteja preparado para ajudar na prevenção de doenças evitáveis, por meio de vacinas, e para apoiar a sociedade brasileira, neste difícil momento”, argumenta Dr. Walter Jorge.

Durante o processo de elaboração do curso, também, foram considerados todos os requisitos exigidos em legislações sanitárias e profissionais. As aulas consolidam aspectos imunológicos relacionados aos imunizantes, que vão desde os principais tipos de vacinas, calendários vacinais, a importância da notificação de eventos adversos, e aborda detalhes sobre conservação, fatores que podem levar a erros de medicação e informações específicas sobre as vacinas contra a Covid-19.

As aulas foram elaboradas por membros da assessoria da presidência do CFF, consultores *ad hoc* e uma equipe de professores e convidados, especializado na área de vacinação



A modalidade à distância e autoinstrucional é composta por 54 videoaulas, incluindo os vídeos de boas-vindas, introdução ao curso e à plataforma e relatos de experiências para contextualizar os conteúdos. A estrutura principal é formada por 42 videoaulas, divididas em 6 módulos:



A assessora da presidência do CFF, farmacêutica Josélia Frade, uma das responsáveis pela produção e desenvolvimento da proposta pedagógica, explica que a avaliação do módulo realizado à distância será por meio da própria plataforma online com a resolução de 35 questões de múltipla escolha, que devem ser concluídas, em até cinco tentativas. “Para ser considerado apto, nesta etapa, o farmacêutico deverá obter aproveitamento mínimo de 60%, acertando mais de 21 questões”.

Modo presencial

Já as 20 horas de modalidade presencial deverão ser realizadas, em dois dias, em quatro turnos. As atividades terão início, com a revisão da modalidade à distância e autoinstrucional, por meio de desenvolvimento de mapa mental e quis, seguida por análise de demanda vacinal e por seis ciclos de práticas:

Nesta etapa, serão realizadas nove avaliações, sendo cinco delas somativas e quatro formativas. As avaliações estão detalhadas no tópico “Organização estrutural: modalidade presencial”. Ao final dessa modalidade, o participante deverá realizar a avaliação da qualidade do curso dentro da plataforma edu.farma.

Com objetivo de otimizar a realização do módulo presencial, farmacêuticos de Estados circunvizinhos, já aprovados na parte teórica, poderão participar de turmas em unidade federativa distinta daquela na qual estão inscritos, desde que haja disponibilidade de vagas. O número máximo de participantes por turma será de 30 alunos, cada uma com dois facilitadores.

Para o ano de 2021, a previsão é que sejam realizadas 40 turmas, com a capacitação de até 1.200 profissionais. Existe a estimativa de realização de pelo menos 51 turmas, onde até 1.530 participantes poderão ser atendidos.



Esperamos que, ao concluir o curso, o colega farmacêutico esteja **preparado para ajudar na prevenção de doenças evitáveis, por meio de vacinas**

Walter Jorge João

Um dos coordenadores do curso é o conselheiro Federal de Farmácia pelo Distrito Federal, Dr. Forland Oliveira Silva, que, também, leciona em duas das videoaulas: uma sobre componentes do sistema imunitário e outra sobre constituintes das vacinas. Dr. Forland Oliveira acredita que a capacitação representa uma ferramenta para que os profissionais aprimorem as técnicas de vacinação e possam contribuir com a Campanha Nacional de Imunização. “Esse curso foi feito com todo o carinho e irá beneficiar toda a sociedade”, explica o farmacêutico.

ESTIMATIVA DO Nº DE TURMAS DA MODALIDADE PRESENCIAL POR ESTADO

UF	Farmacêuticos	Turmas por estado
Região Norte	14.368	8
Acre	496	1
Amapá	573	1
Amazonas	3.480	1
Pará	4.999	2
Rondônia	2.293	1
Roraima	788	1
Tocantins	1.739	1
Região Nordeste	35.970	13
Alagoas	2.196	1
Bahia	7.698	2
Ceará	7.096	2
Maranhão	4.177	2
Paraíba	3.984	1
Pernambuco	4.518	2
Piauí	1.747	1
Rio Grande do Norte	3.268	1
Sergipe	1.286	1
Região Sudoeste	11.548	13
Espírito Santo	5.181	2
Minas Gerais	25.655	4
Rio de Janeiro	18.358	3
São Paulo	66.293	4
Região Sul	44.667	9
Paraná	18.696	3
Santa Catarina	10.504	3
Rio Grande do Sul	15.468	3
Região Centro-Oeste	24.211	8
Distrito Federal	5.247	2
Goiás	11.238	3
Mato Grosso	4.004	2
Mato Grosso do Sul	3.695	1
Brasil	234.703	51



A capacitação representa uma ferramenta para os profissionais **aprimorarem as técnicas de vacinação** e contribuir com a **Campanha Nacional de Imunização**

Forland Oliveira
Conselheiro federal de Farmácia
pelo Distrito Federal

[Acesse o documento](#) com as Orientações Gerais sobre o curso:





Floralterapia é área de atuação do farmacêutico

Prática complementar ao tratamento convencional é usada para equilibrar estados emotivos que podem causar doenças físicas

Por Murilo Caldas, jornalista

A floralterapia ou terapia floral foi criada pelo médico e bacteriologista inglês Edward Bach, na década de 1930. Com ideias avançadas para aquele tempo, desenvolveu uma forma natural de tratar a saúde emocional e espiritual das pessoas, na qual se utiliza a natureza como laboratório. Entre 1930 e 1935, Bach desenvolveu o sistema floral nominado e conhecido, até hoje, como essências florais.

De lá pra cá, o método se expandiu pelo mundo e, atualmente, essas essências extraídas da natureza são preparadas com técnicas que permitem captar a energia vibracional ou, como se diz mais recentemente, o campo consciencial das plantas e, também, dos minerais, de determinados ambientes e demais fontes dessas essências relativas à consciência.

Para os terapeutas dessa área, reconhecida, desde 2015, como de atuação do farmacêutico, por meio da Resolução CFF nº 611, os florais têm a potencialidade de ajudar na cura de ferimentos invisíveis que vêm da alma. As essências florais não são nem alopatia, nem homeopatia, nem fitoterapia. São compostos, cujos princípios ativos não são químicos, mas denominados essências florais e “essências de campos de consciência” pela Associação Brasileira de Essências Florais (Abreflor) e pela Associação Brasileira de Essências de Campos de Consciência (Abracampo).

Por meio dessas essências, colhidas, em horários específicos e com métodos próprios, os terapeutas florais atuam clinicamente para equilibrar estados emotivos dos indivíduos, como medo, insegurança, solidão e desespero. A terapia propõe uma transformação das disposições emocionais da pessoa em busca de equilíbrio mental. Era assim que Edward Bach explicava a cura, por meio das flores. Para ele, a melhora da condição de saúde dá-se não pelo combate direto à doença, mas pela ação energética de sublimes vibrações captadas na natureza e transformadas em gotas para tratamento.

De acordo com o livro “A terapia floral: escritos selecionados de Edward Bach”, de 1991, o médico criador da floralterapia dizia que, ao “ajudar o paciente a corrigir sua falha espiritual e dar-lhe remédios tais que o ajudem a efetuar essa correção no plano físico, a mente mais saudável realizará a cura por si. (...) Para o paciente, é essencial que os remédios sejam vivificantes e exaltadores; que possuam vibrações que elevem. (...) E, naturalmente, quanto mais o paciente se empenhar para corrigir a falha que é a base de sua doença, mais longa será a ação da potência usada”.

Terapia complementar com resultados clínicos exitosos

A dificuldade de compreender o mecanismo de ação dessas essências faz da floralterapia uma prática terapêutica ainda misteriosa para muitos pacientes e para profissionais da saúde. Embora essa forma de agir no corpo, ainda, não tenha sido explicada, de forma conclusiva, do ponto de vista da física quântica - que expõe princípios matemáticos para a física -, os florais vêm sendo indicados como terapia complementar ao tratamento de várias doenças neuropsiquiátricas, com resultados clínicos exitosos. O preparo das essências de Bach se baseia na capacidade das plantas, por meio de ação dos princípios contidos nos quatro elementos (fogo, terra, ar e água), transferirem suas propriedades terapêuticas para a água.

Basicamente, existem duas metodologias de produção das essências mães, que são o ponto de partida para o preparo das essências utilizadas nos tratamentos. No método do sol, as flores são colhidas no verão, em dia de sol e no período do sol mais intenso. As substâncias são colocadas em frasco com água colhida preferencialmente no mesmo local. O frasco permanece exposto ao sol por duas a quatro horas. Já no método de cozimento ou fervura, utilizado para as flores que não são colhidas ao sol, as flores são fervidas.

A partir da preparação da essência mãe, essas soluções são filtradas e adicionadas de álcool, que funciona como conservante. Em seguida, sofrem uma primeira diluição, a qual é denominada de frasco de estoque. A partir do frasco de estoque, são retiradas gotas para preparação do frasco de tratamento, que



Karen Denez

Farmacêutica com especialização em floraterapia

será administrado, preferencialmente, por via oral. A dose recomendada varia para cada situação emotiva. Em geral, são utilizadas quatro gotas, quatro vezes ao dia.

Atualmente, já se pode encontrar trabalhos científicos publicados com resultados positivos sobre essa prática terapêutica complementar ao tratamento convencional. Mas, de acordo com a farmacêutica homeopata e terapeuta floral, há mais de 20 anos, Karen Denez, não existem métodos eficazes desenvolvidos para se comprovar o equilíbrio das emoções humanas, a partir dessa energia contida nas essências florais ou nas essências de campos de consciência.

Apesar das dificuldades, Dra. Karen Denez sugere que existem métodos transversais de comprovação científica, vistos como alternativas para se evidenciar

a eficácia das essências florais. “Quando falamos de métodos transversais, falamos sobre desenvolvimento tecnológico que permita realizar estudos que possam demonstrar a eficácia dos produtos e sua atuação nos organismos por outras metodologias”, explica Karen Denez.

Perguntas ao mercado

Para a farmacêutica, talvez haja necessidade de se usar tecnologias com conceitos mais físico-quânticos e que deem conta dessa avaliação da eficácia terapêutica dos florais. Porém, há perguntas que não se calam e que talvez nem possam ser respondidas: quem estaria interessado em investir tanta tecnologia num produto tão simples e barato? E que retorno financeiro essas empresas teriam, ao investir em pesquisa e desenvolvimento na área da floralterapia?

Fato é que, ainda, não há indícios na literatura de que os florais possuam tais substâncias químicas, provenientes das plantas, que expliquem seus efeitos terapêuticos. Os proponentes desses tratamentos afirmam que seu modo de ação não depende de mecanismos moleculares comparáveis à terapêutica convencional. “O uso dos florais coloca o sujeito em coerência com a região quântica de atuação de cada elemento colhido na natureza. É uma harmonia dinâmica entre os estados quânticos dos diferentes sistemas, ou das diferentes combinações das essências em interação com os diferentes sistemas da consciência humana”, detalha a farmacêutica Karen Denez.

Energia de difícil quantificação

Assim como as formulações homeopáticas exercem sua ação pela energia que é transmitida das flores para a essência, como essa energia é de difícil quantificação, muitos críticos ao tratamento argumentam que os Florais de Bach - e todos os outros atualmente utilizados terapeuticamente - são, na realidade, placebos.

Por outro lado, há espécies nas quais os florais são utilizados com êxito, como animais em clínicas veterinárias, cujo efeito placebo é descartado pelo simples fato de esses animais serem desprovidos de elementos neurofisiológicos responsáveis pela autossugestão, que seria a influência exercida por alguém sobre si mesmo que provoque alterações de comportamento.

Se estudos conclusivos sobre o assunto ainda não existem na literatura, os resultados de alguns trabalhos

O uso dos florais coloca o sujeito em coerência com a região quântica de **atuação de cada elemento colhido na natureza**

Karen Denez
Farmacêutica



mostram que, após o tratamento agudo com Florais de Bach, os efeitos centrais podem ser detectados, por meio de diversos modelos farmacológicos. Um estudo desenvolvido pelo Núcleo de Investigações Químico-farmacêuticas do Centro de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí (SC) avaliou os efeitos centrais dos Florais de Bach em camundongos, por meio de modelos farmacológicos específicos.

Esse foi um dos primeiros estudos publicados na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em que se pôde analisar, em cobaias, o comportamento dos animais em modelos de ansiedade e depressão. Karen Denez participou desse estudo e diz que “o uso dos florais neste modelo foi promissor para quadros de depressão. Não é um estudo conclusivo, mas estamos, há mais de dez anos, afirmando que, em cobaias, os florais demonstraram um efeito surpreendente”.

falta de informação

A farmacêutica ressalta que o que falta para muitas pessoas aderirem à terapia floral é informação. A ausência de conhecimento é a principal barreira a ser superada para que os florais sejam conhecidos e reconhecidos como uma terapia segura e eficaz.

Isso porque, conforme a terapeuta observa, o crescimento da demanda por florais é acentuadamente marcado por usuários bem informados. “São pessoas que costumam ter mais cuidado, ao usar medicamentos de forma racional e, muitas vezes, são precavidas em relação aos medicamentos alopáticos, como antibióticos. São usuários que preferem manter a saúde e preservar o bem-estar do que combater doenças”, relata Karen Denez.



A descoberta dos florais

A década de 1930, quando as essências florais foram descobertas por Edward Bach, foi conhecida como era da bacteriologia, quando também surgiu a penicilina e outros antimicrobianos. O pesquisador britânico descreveu 38 compostos feitos de flores e brotos. Cada um deles com um padrão emotivo ou uma personalidade típica e, ainda, desenvolveu um composto emergencial para situações de urgência psíquica. O intuito era tratar o paciente e não a doença, pois, dessa forma, quando fossem superados os pensamentos negativos, o corpo também reagiria.

Bach acreditava na cura pela mudança do estado mental das pessoas. A partir de seus estudos, o médico dizia que a doença tinha origem na consolidação de uma atitude mental. Para mudar o estado mental das pessoas, Bach designou 38 flores que atendessem aos 38 estados mentais negativos que ele apontava como principais males que a humanidade poderia sofrer.

Os remédios do Dr. Edward Bach tratam da perspectiva mental das características da personalidade e do temperamento da pessoa. São usados para equilibrar o medo, a incerteza e indecisão, a falta de interesse pelo presente, a solidão, a extrema suscetibilidade a ideias e a influências, o desânimo, o desespero e a preocupação excessiva com o bem-estar dos outros.

Rescue Remedy

A intenção de Bach era que o uso fosse fácil e simples para que todos compreendessem. Mas, como tratar a complexidade humana, a partir de composições tão simples? Existe uma combinação de cinco florais de Bach designados para situações difíceis denominadas Rescue Remedy.

São eles Rock Rose, indicado para se ter coragem para enfrentar momentos difíceis e para melhorar sangramentos; Impatiens, para se ter paciência, calma e relaxar até chegar o socorro; Cherry Plum, designado para se ter lucidez nos momentos difíceis; Star of Bethlehem, para cicatrização de choques e traumas físicos ou emocionais; e Clematis, para manter o indivíduo acordado e presente para ajudar na sua recuperação.

Além dos florais sintonizados inicialmente por Edward Bach, há, hoje, disponíveis sistemas florais que foram desenvolvidos, de acordo com as potencialidades naturais das regiões do planeta, e que atendem a outras demandas específicas emocionais e de cura das pessoas. Os sistemas mais conhecidos e utilizados são: Alaska, Austrália, Califórnia, Filhas de Gaia, Havaí, Mata Atlântica, Minas, Pacífico, Saint Germain, São Francisco, dentre outros.

A floralterapia é reconhecida como Prática Integrativa Complementar (PIC) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde o ano 1976, quando a medicina tradicional foi incluída nos programas da OMS. No Brasil, a prática floral foi incorporada à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), por meio da Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Mas, apesar de toda a institucionalização e regulamentações existentes, ainda, é uma prática terapêutica carente de divulgação, tanto entre profissionais de saúde, como entre gestores da saúde e população.



Foto: The Bach Centre

Dr. Edward Bach

Médico britânico, desenvolveu as essências florais que levam o seu nome

Sabe-se que todas as farmácias homeopáticas comercializam florais. Dados publicados no site do CFF dão conta de que, no Brasil, existem 8.506 mil farmácias com manipulação e homeopatia registradas. Além dessas, uma grande parte das farmácias comunitárias e drogarias, também, comercializam fórmulas florais



Foto: Beleza Pura

A formação do terapeuta floral

O farmacêutico terapeuta floral deve buscar uma formação que lhe dê conhecimento sobre a complexidade humana, para que ele possa recomendar o uso das essências florais mais adequadas e capazes de “carregar a informação” que possa alinhar personalidade humana e alma

Não se sabe ao certo quantos farmacêuticos atuam, hoje, na floralterapia, mas dá para se ter uma ideia aproximada. Sabe-se, contudo, que todas as farmácias homeopáticas comercializam florais. Dados publicados no site do Conselho Federal de Farmácia dão conta de que, no Brasil, existem 8.506 mil farmácias com manipulação e homeopatia registradas. Além dessas, uma grande parte das farmácias comunitárias e drogarias, também, comercializam formulas florais para tratar determinadas situações emocionais.

Isso nos dá uma noção aproximada da quantidade de farmacêuticos que atuam, pelo menos, na comercialização desses produtos. Há, ainda, profissionais que exercem a prática clínica. Karen Denez avalia que o farmacêutico tem uma grande oportunidade de atuar clinicamente na terapia floral, mas muitos não conhecem essa área e as oportunidades que ela oferece

“Precisamos investir mais na formação, precisamos da inserção dessa disciplina nos cursos de graduação em Farmácia e nos cursos de educação continuada para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS)”, pediu a Dra. Karen Denez. Ela, também, faz um alerta para a necessidade de se discutir uma matriz de formação mínima para os terapeutas florais e conceitos mínimos que precisam ser adquiridos para uma boa formação.

A terapia floral, também, é reconhecida como área de atuação por conselhos profissionais, como os de Odontologia, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem e Biomedicina. O CFF regulamentou essa prática, em 2015, com a publicação da Resolução CFF nº 611, que regulamenta a atuação clínica do farmacêutico na floralterapia. Karen Denez participou da construção dessa resolução, quando integrou o Grupo Provisório de Trabalho sobre Florais. Foi este GT que propôs e redigiu a normativa.

Pela experiência acumulada na área, a farmacêutica terapeuta floral atribui o desconhecimento dessa prática por muitos pacientes e farmacêuticos à baixa exposição desse tema nos meios acadêmicos. Karen acredita que a inserção de uma disciplina na grade curricular seria uma forma de propiciar que os farmacêuticos saibam, desde a graduação, que podem contar com mais essa ferramenta de trabalho. “Essa deficiência de informação na graduação não permite, inclusive, que se reconheça como uma prática ‘científica’. Porém, ela tem tradicionalidade de uso e se demonstrou, até hoje, eficaz e sem riscos à saúde”, complementa.

Além de regulamentar a atuação clínica do farmacêutico na floralterapia, a Resolução CFF nº 611/15 estabelece requisitos mínimos para atuação na área. Um deles é que o profissional possua pós-graduação lato sensu ou stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), ou que seja egresso de curso livre, com carga horária mínima de 180 horas. A habilitação é pleiteada junto aos conselhos regionais de Farmácia da jurisdição de cada profissional.

Precisamos **investir mais na formação**, precisamos da inserção dessa disciplina nos cursos de graduação em Farmácia e nos cursos de educação continuada para profissionais do SUS

Karen Denez
Farmacêutica





Atuação na Oncologia exige titulação mínima do farmacêutico

A manipulação de antineoplásico é atividade privativa do farmacêutico. Conheça a titulação exigida.

Por Murilo Caldas, jornalista

Câncer é o nome genérico para um grupo de mais de 100 doenças malignas que têm em comum o crescimento desordenado de células. Todos os tipos de câncer têm início, quando células anormais se dividem incontrolavelmente e destroem tecidos do corpo. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), essas células anormais tendem a ser muito agressivas, e isso resulta na formação de tumores que podem se espalhar para outras partes do corpo. A enfermidade também é conhecida como neoplasia e os medicamentos utilizados para evitar ou inibir o crescimento e disseminação desses tumores são chamados antineoplásicos. A manipulação dos antineoplásicos é uma atividade privativa do farmacêutico.

Dentro de um hospital ou clínica, o farmacêutico é o profissional responsável pela segurança e eficácia dos medicamentos oncológicos usados no tratamento da doença. Ele tem o dever de assegurar a qualidade do tratamento prescrito para cada tipo de tumor ou câncer. Na prática, o farmacêutico na Oncologia trabalha na garantia da qualidade dos medicamentos.

Ele é responsável pela preparação das doses, pela revisão, avaliação da prescrição médica e pelo acompanhamento farmacoterapêutico do paciente. Mas, nem sempre, foi assim. A conquista desse espaço que, hoje, se mostra bem definido dentro dos serviços de saúde foi alcançada com a determinação de farmacêuticos pioneiros na área e apoio do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

A Dra. Iara Maria Franzen Aydos é testemunha dessa luta. Ela é farmacêutica formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), com ênfase em análises clínicas e indústria de medicamentos; especialista em controle de infecção hospitalar; em terapia nutricional parenteral e enteral, e com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Dra. Iara Aydos, também, integra o Grupo de Trabalho sobre Oncologia do CFF. Em live realizada pelo Conselho, sob mediação do conselheiro federal de Farmácia pelo Acre, Carlos André Sena, Iara fez uma breve volta ao final do século passado e contou detalhes dessa trajetória.

De acordo com a farmacêutica Iara Franzen Aydos, grande parte dos medicamentos oncológicos chegaram ao Brasil, no início da década de 1990. Até então, havia muito pouco ou nenhum envolvimento do farmacêutico na oncologia. A participação desse profissional na estrutura dos serviços de oncologia começou a aumentar e, em 1996, o Conselho editou a Resolução CFF nº 288, que dispõe sobre a competência legal para o exercício da manipulação de drogas antineoplásicas pelo farmacêutico. Dois anos depois, em 1998, o Ministério da Saúde emitia a Portaria nº 3535.

“Os gestores notaram que eram os **farmacêuticos que tinham o domínio** da manipulação do desenvolvimento farmacotécnico dos antineoplásicos”



Foto: Acervo pessoal

Iara Maria Franzen Aydos

Farmacêutica integrante do GT de Oncologia do CFF

Vanguarda

Dra. Iara Aydos considera que a edição da Resolução CFF nº 288, de 1996, foi uma decisão de vanguarda. Segundo ela, os conselheiros, à época, tiveram uma visão à frente daquele tempo. A normativa definiu a atividade como privativa dos farmacêuticos, em um momento em que, ainda, não havia tantos profissionais envolvidos com esse segmento de atuação. “O Conselho estabeleceu que nós, farmacêuticos, éramos os mais bem preparados para a manipulação dos antineoplásicos”, afirma Iara Franzen Aydos.

Naquela época, muitos hospitais utilizavam mão de obra de outros profissionais da saúde para a manipulação dos antineoplásicos. Com a publicação da **Resolução nº 288**, o CFF conferiu a este profissional a competência privativa para manipular drogas antineoplásicas nos estabelecimentos de saúde. Com a normativa, o Conselho possibilitou a ampliação da participação dos farmacêuticos na Oncologia e o profissional passou a dar sua incontestável contribuição para a saúde e qualidade de vida dos pacientes oncológicos.

Domínio da manipulação e do desenvolvimento

Mas outros profissionais e farmacêuticos divergiam no que se refere à responsabilidade por esse trabalho. Já nos anos 2000, quando as centrais de preparo desses medicamentos foram se tornando mais estruturadas, muitos hospitais perceberam o valor farmacoeconômico de manter o farmacêutico naquele posto. Os gestores notaram que eram os farmacêuticos que tinham o domínio da manipulação e do desenvolvimento farmacotécnico. Naquela mesma época, iniciava-se um grande envolvimento dos farmacêuticos na área hospitalar, o que se estendeu às clínicas privadas, inclusive àquelas com serviço de oncologia.

O movimento culminou com a criação da Sociedade Brasileira de Farmacêuticos em Oncologia (Sobrafo), em 2001. Dra. Iara Aydos está entre esses especialistas em Oncologia da Sobrafo. No mercado de trabalho, ela atua na revisão e atualização de normas de controle hospitalar e oncologia e recorda que uma das primeiras grandes contribuições da sociedade foi a elaboração do Guia para Preparo Seguro de Antineoplásicos, em 2003. “Naquele momento, ainda, não havia uma bibliografia nacional que tratasse da manipulação desses medicamentos”, lembra a farmacêutica.

Em 2004, a Anvisa lançou a RDC 220, que aprovou o regulamento técnico de funcionamento dos serviços de terapia antineoplásica e este, ainda, é o único documento que regula o segmento. “Essa normativa colocou um ponto final naquela história de a gente não ter nosso espaço bem disciplinado”, pontua Iara Aydos. No ano

seguinte, em 2005, a NR 32 estabeleceu diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e, assim, o campo foi ganhando contornos bem delineados na história da profissão.

Título com reconhecimento do CFF

A qualificação desse serviço teve um salto, com a habilitação dos profissionais da área e a criação do título de especialista em Oncologia, pela Sobrafo, em 2006. O título, reconhecido pelo Conselho Federal de Farmácia, é conquistado por meio de aprovação em prova elaborada pela Sociedade. Na sequência, em 2007, a Anvisa publicava a RDC 67, que aprovou o regulamento técnico sobre boas práticas de manipulação e preparações magistrais para uso humano, o que, também, contribuiu para a qualidade dos tratamentos oncológicos.

Apartir de então, quem já atuava na área foi percebendo que havia atribuições inerentes ao farmacêutico, além da exclusividade sobre esses medicamentos que oferecem grandes riscos na manipulação. Pelo envolvimento profissional, em 2012, o CFF colocou em consulta pública uma atualização da Resolução nº 288. Na revisão, foi reafirmada a atividade de manipulação de antineoplásicos como privativa do farmacêutico e estabelecido o envolvimento clínico destes profissionais como membro da equipe multiprofissional voltada para a Oncologia.

Em 2016, o Grupo Técnico de Farmácia Hospitalar, do CFF, sob coordenação do conselheiro federal de Farmácia pelo Rio Grande do Sul, Josué Schostack,

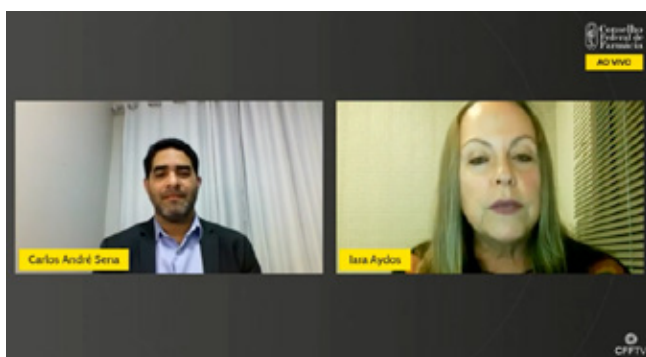


submeteu ao plenário do Conselho proposta para estabelecer uma titulação mínima para a atuação do farmacêutico na Oncologia. Foi editada, então, a Resolução CFF nº 623/16. Tratava-se de uma questão de segurança do paciente e do profissional. “A ideia surgiu, por termos tido, àquela época, consciência de que o nosso currículo no curso de Farmácia é generalista e, para atuação na Oncologia, é necessária a especialização”, relembra a Dra. Iara Aydos.

Em 2017, o texto foi revisado, o que culminou na Resolução CFF nº 640/17. “Essa norma nos diz que, ‘para o exercício da atividade, o farmacêutico deverá atender a pelo menos um dos critérios validados pelo Conselho Regional da jurisdição daquele profissional’. Os critérios de reconhecimento pelos regionais são: ser portador do título de farmacêutico especialista em Oncologia pela Sobrafo, ter feito residência ou pós-graduação na área, ou ter atuado, por três anos ou mais, na manipulação de antineoplásicos.

Importante ressaltar que as formações, por meio de cursos de pós-graduação lato sensu, devem ser relacionadas à Farmácia Oncológica e precisam ser reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). A farmacêutica Iara Aydos explica o porquê dessa exigência: “Quando se fala em preparo de medicamentos antineoplásicos, está embutido todo o conhecimento que o profissional precisa ter. Ele tem que fazer uma avaliação da prescrição médica, cálculo de dose de compatibilidade com recipiente, com diluentes, com via de administração”.

O Regional valida o documento apresentado para apostilamento e anota a especialidade na carteira profissional do farmacêutico. O GT sobre Farmácia Hospitalar atua no sentido de dirimir dúvidas dos regionais, quando há divergências entre os títulos apresentados. Mas, para além da habilitação, a busca por qualificação nessa área deve ser constante. Somente assim, se garantirá qualidade na manipulação dos medicamentos antineoplásicos e isso se traduz na eficácia do tratamento e em mais segurança para o paciente.



Assista à live **“Titulação mínima para atuação do farmacêutico na oncologia”**, realizada no dia 30 de junho



Liga Acadêmica de Telessaúde e Telemedicina: uma opção para direcionar a carreira

Já ouviu falar em liga acadêmica de telessaúde/telemedicina?
Até o momento, não há nenhuma liga de alunos de Farmácia

Baseado no conceito de clubes de empreendedorismo dos Estados Unidos, as ligas acadêmicas reúnem estudantes universitários com interesses semelhantes e com o objetivo de desenvolverem conhecimento teórico e prático sobre um tema específico da carreira no meio acadêmico. O universitário que participa de uma liga tem a oportunidade de conhecer o mercado de trabalho, antes mesmo de se formar, abrindo muitas portas para o futuro profissional. Pela experiência adquirida na organização estudantil, o jovem acaba virando, também, referência em conteúdo e contatos dentro da sua faculdade.

Tendo isso em vista, a Associação Brasileira de Telemedicina e Telessaúde (ABTms) passou a promover a formação de ligas acadêmicas na área de telessaúde/telemedicina. Dr. Gustavo Pereira Fraga, professor associado e coordenador da disciplina de cirurgia do trauma da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, é diretor financeiro da ABTms e está liderando esse projeto com as ligas de telessaúde e telemedicina.



Foto: Acervo pessoal



Gustavo Pereira Fraga

Professor associado e coordenador da disciplina de Cirurgia do Trauma, da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, é diretor ABTms e lidera o projeto com as ligas de telessaúde e telemedicina

Ele explica que esse movimento das ligas, junto à ABTms, teve início, no final de 2020, já no meio da pandemia. “Estamos indo para oitava liga criada, em diferentes Estados. Há instituições, desde o Rio Grande do Sul, passando por São Paulo, Rio de Janeiro e, agora, está entrando num grupo de extensão da Bahia, chegando até o Ceará. Então, são diferentes instituições de ensino, em várias regiões”, informa o Dr. Gustavo Pereira Fraga.

Incentivo à formação profissional

A ABTms, por meio do Comitê de Ligas Acadêmicas, incentiva e promove a formação profissional na graduação, impulsionando atividades de extensão universitária para a troca de experiências e o desenvolvimento de novas lideranças. De acordo com Gustavo Fraga, o intuito é desenvolver atividades específicas, para que alunos da graduação dos diversos cursos tenham maior contato com o grande potencial que existe nessa tecnologia do uso das telecomunicações.

“Estamos, aqui, para levar acesso à saúde e para que os acadêmicos possam se engajar e disseminar o uso desta tecnologia sob a supervisão de professores. Estes jovens alunos têm uma interação maior para começar a discutir o atendimento multiprofissional, que é algo muito importante para nós desenvolvemos dentro do Sistema Único de Saúde”, acredita.

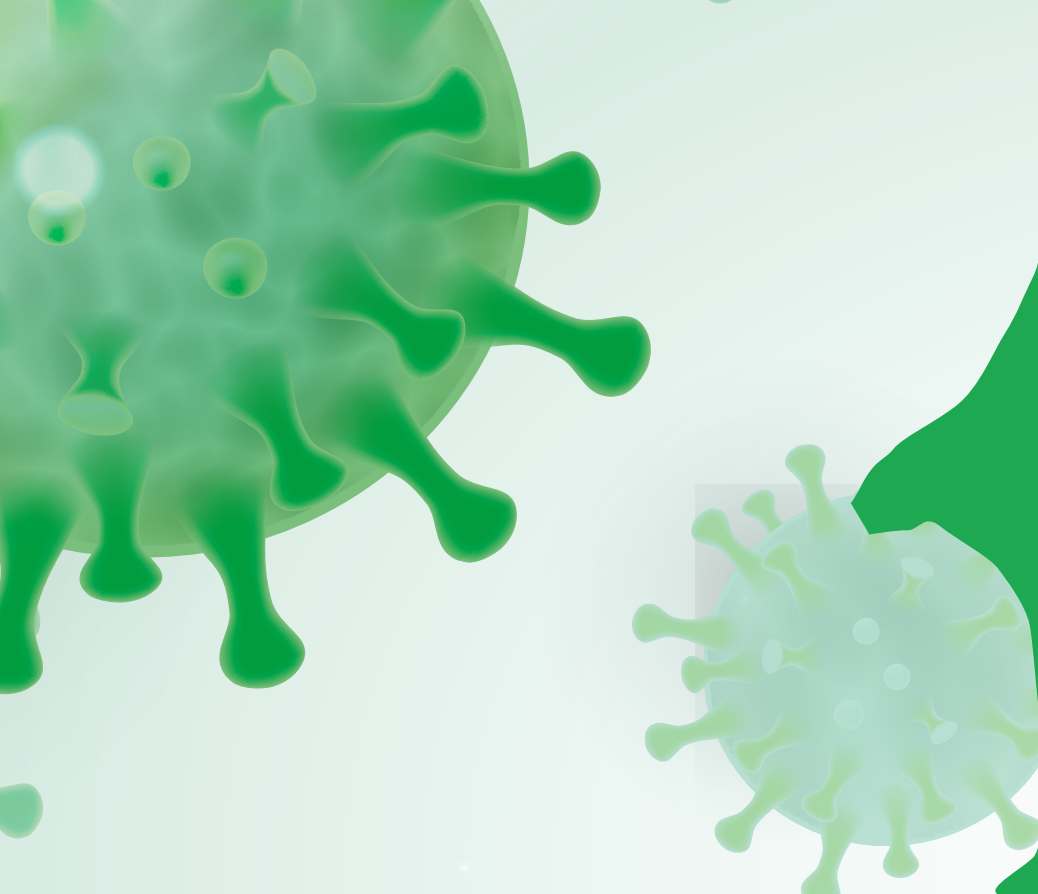
Ligas de Farmácia

Ele diz que a maior parte das ligas associadas à instituição são da área de medicina, mas a expectativa é que, logo, avance para as demais áreas. “Seriam muito bem-vindas as ligas de Farmácia”, convida o professor. Até o momento, não há nenhuma liga de alunos de Farmácia.

Para criar uma liga acadêmica de telessaúde/telemedicina dentro de uma instituição de ensino é necessário que se forme um grupo de estudantes e um professor responsável interessados. A partir daí, deve-se fazer um cronograma de atividades teórico-práticas para serem desenvolvidas, de acordo com um estatuto próprio, baseado na regulamentação estabelecida pela instituição. Caso a faculdade não possua um regulamento específico, cabe ao estudante procurar o centro acadêmico local e se informar quanto ao procedimento legal para formar uma liga.

Para mais informações,
[acesse o documento](#) da ABTms





Pesquisa coordenada por farmacêutico norteou enfrentamento à Covid-19, no Maranhão

Estudo foi fundamental para investigar a expansão da Covid-19 e definir ações dos profissionais e autoridades da saúde

Uma pesquisa realizada, no período de 27 de julho a 8 de agosto de 2020, a partir da testagem de amostras coletadas de 3.156 pessoas, indicou uma taxa de infecção de 40,4% da população do Maranhão. Na época, o índice representava a maior soroprevalência do coronavírus, se comparada à verificada em estudos disponíveis relativos a outros estados. Elaborado por equipes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MA), da Secretaria Municipal da Saúde (SEMUS) e do Laboratório Central (LACEN/MA), o levantamento teve importante papel para investigar a expansão da Covid-19, auxiliar profissionais da saúde na linha de frente no combate à doença e de autoridades da saúde na tomada de decisões para contenção do agente infeccioso.

Um dos principais objetivos do monitoramento foi estimar a prevalência de anticorpos totais contra o SARS-CoV-2, no Maranhão, e avaliar a adoção de medidas não farmacológicas para a redução de circulação do vírus. O estudo mostrou que a prevalência de anticorpos contra o vírus SARS-CoV-2 foi semelhante entre homens e mulheres e, também, não variou entre as faixas de idade analisadas.

Ficou claro que o impacto da pandemia foi maior sobre as classes menos privilegiadas. A prevalência teve maior índice em indivíduos com ensino médio completo (46,2%), seguido pelos indivíduos com menor escolaridade (ensino fundamental II completo: 40,9%). As prevalências foram maiores em domicílios com maior número de pessoas (acima de 2 moradores).

A predominância de adesão às medidas não farmacológicas de proteção à exposição ao vírus foi investigada considerando a prática, no início da pandemia e no último mês, na população geral e entre os indivíduos com resultado do teste positivo. Houve redução na prevalência de adesão às medidas de controle entre os dois momentos investigados. A maior redução foi no isolamento social (-15,0%). O uso de máscara teve redução de -5,9%. Apesar dessa redução, o uso de máscara se manteve como a medida mais utilizada, no último mês (55,5%). O isolamento social foi a prática que apresentou a mais baixa adesão, no último mês (37,4%).

Entre os indivíduos com resultado de teste positivo, todas as prevalências das medidas não farmacológicas de prevenção à infecção pelo vírus foram menores do que as estimadas para a população geral. Houve pouca diferença entre as predominâncias, apontando para pequena mudança no comportamento, após a infecção. Para o secretário estadual da Saúde do Maranhão, Carlos Lula, o inquérito teve papel fundamental no acompanhamento da real situação.

Foto: Saúde/MA



Carlos Lula

Secretário da Saúde do Maranhão

“O inquérito permitiu uma avaliação mais precisa do cenário pandêmico, em nosso Estado, por meio do percentual de prevalência do vírus na população. A partir daquele momento, as ações de saúde planejadas pelo governo do Maranhão tiveram a segurança científica para retorno gradual das atividades comerciais, retomada das cirurgias eletivas e investimentos na ampliação de novos serviços não-Covid. É fundamental que as decisões acerca de políticas públicas sejam baseadas em evidências científicas e não em arquétipos construídos, a partir de bases falsas”, afirma o secretário da Saúde.

No início da pandemia, apenas o isolamento teve diferença estatisticamente significativa como medida de prevenção. Ou seja, os que ficaram em isolamento social tiveram menores taxas de infecção (36,4%) do que os que não ficaram (45%). No último mês da investigação, as prevalências foram menores entre as pessoas que aderiram a essas intervenções em relação às que não aderiram. A exceção foi em higienização das mãos, não se observando diferenças significantes.

No último mês da pesquisa, as prevalências de anticorpos contra o vírus SARS-CoV-2 entre os quatro tipos de intervenções foram próximas, variando de 34% para isolamento social a 36,2% para higienização das mãos. Os dados representam que essas medidas podem ser efetivas no controle da exposição ao SARS-CoV-2. A partir da prevalência pontual, pode-se atribuir um aumento de cerca de 23,3% de ser soropositivo entre os que não aderem ao isolamento social, 21,6% entre os que não aderem ao uso de máscaras, 18,5% à baixa higienização das mãos e 17,1% à não adesão ao distanciamento físico, comparado a pessoas que fizeram cada uma dessas intervenções individualmente.

“O inquérito permitiu uma
**avaliação mais precisa
do cenário pandêmico,**
em nosso Estado”

Sintomas mais frequentes

Na investigação dos sintomas mais frequentemente apresentados, os principais foram perda de olfato ou anosmia/hiposmia (49,5%), perda de paladar ou ageusia/disgeusia (47,7%), febre (45,6%), dor de cabeça (45,4%), seguidos de mialgia (43,6%) e fadiga (41,1%). A maioria dos indivíduos apresentou mais de três sintomas (62,2%). Dentre as comorbidades investigadas, durante o inquérito, as mais relatadas pelos indivíduos soropositivos foram hipertensão arterial (19,5%) e diabetes mellitus (7,8%).

Entre os indivíduos que tiveram teste positivo para o vírus, foi possível observar que 72,4% relataram não ter precisado procurar atendimento nos serviços de saúde e 8,6% relataram não ter conseguido atendimento, enquanto 1,9% informaram ter sido internado por mais de 24 horas. A partir desses dados, pode-se presumir que a maioria apresentou quadros clínicos leves, posto que menos de 30% relataram necessidade de procurar serviços de saúde.

Mesmo que em números percentuais, o quantitativo de pessoas que foram internadas tenha sido pequeno, em números absolutos, é de grande magnitude, especialmente levando em conta o adoecimento de muitos indivíduos, em curto espaço de tempo. No Maranhão, o Plano Estadual de Contingência do n

Estudo foi decisivo para a qualidade da assistência

representante da categoria farmacêutica, no Estado, conselheiro federal de Farmácia Marcelo Rosa, considera que o estudo fez toda a diferença na qualidade da assistência prestada às pessoas e nas medidas adotadas para a contenção da doença. “Farmacêuticos, médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, dentistas e tantos outros profissionais da saúde estiveram na ponta, apurando informações de gênero, contexto social, populacional e, também, sobre sintomas, como fadiga, dor muscular, dor de cabeça, febre, alteração do paladar e olfato apresentados por indivíduos alcançados. Esta pesquisa foi uma maneira de manter o alerta de saúde e auxiliar na tomada de decisões com mais agilidade, diante de um vírus tão infeccioso e que, ainda, vem causando muita dor, no Brasil e no mundo”, declarou o Dr. Marcelo Rosa.

O Estado do Maranhão possui 217 municípios e tem 7 milhões de habitantes. O cenário representado no documento indica 69 municípios de 19 regiões de saúde. O inquérito domiciliar de base populacional possibilitou a estratificação da amostragem em três estágios. No primeiro, os municípios do Estado foram agrupados em quatro estratos, de acordo com o tamanho populacional. De forma sistemática, no segundo estágio, 34 domicílios foram sorteados em cada setor. Já no terceiro estágio, um indivíduo residente com um ano ou mais de idade foi sorteado por amostragem aleatória simples.

A pesquisa marcou a diferença na **qualidade da assistência prestada** e nas **medidas adotadas** para a contenção da doença

Marcelo Rosa

Conselheiro federal de Farmácia pelo Maranhão

[Acesse o QR Code](#) para ler o inquérito



A coleta de amostras foi realizada por profissionais devidamente treinados no manuseio de instrumentos, estratégias e métodos. No recolhimento dos dados, também, foram utilizados procedimentos laboratoriais para determinação qualitativa de anticorpos totais contra o SARS-CoV-2.



Pacientes diabéticos ganham teleatendimento farmacêutico, no Tocantins

Acompanhamento farmacoterapêutico à distância fortaleceu nova identidade dos farmacêuticos tocantinenses, focada na clínica

O propósito era prevenir, identificar e resolver problemas relacionados ao tratamento e realizar atendimento farmacoterapêutico a usuários de insulina. Para atingir a esse objetivo, farmacêuticos residentes em Saúde da Família do Plano Integrado de Residências em Saúde (PIRS), vinculado à Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (Fesp), passaram a monitorar e avaliar os índices glicêmicos dos pacientes insulino dependentes, por meio de atendimento telefônico. Os profissionais participam do projeto de “Teleatendimento Farmacêutico a Usuários em Insulinoterapia”, em Palmas (TO).

O projeto teve início, no auge da pandemia da Covid-19 e, logo, se mostrou essencial para que pacientes em condições mais vulneráveis permanecessem em segurança, recebendo o devido cuidado farmacêutico. Os residentes agiram para manter contato com pacientes acometidos pelo diabetes e evitar a inadimplência à farmacoterapia, durante a crise sanitária.

Nova identidade do farmacêutico

A farmacêutica integrante do projeto, Scarlatt Isabella Lázaro de Souza, explica que “a aplicação desse projeto na comunidade assistida tem sido muito relevante para a nova identidade do profissional farmacêutico que, ainda, está predominantemente associada à dispensação de medicamentos. Então, esse projeto veio para legitimar essa nova identidade enquanto farmacêuticos clínicos integrados à equipe multiprofissional”, salienta a Dra. Scarlatt.

A Fesp ofereceu capacitação a farmacêuticos tocantinenses para a prestação desse serviço. A ementa dessa capacitação foi direcionada à aplicação do método clínico para implantação do cuidado farmacêutico nas unidades de saúde. No Tocantins, foram selecionados dois Municípios para a execução do projeto: Palmas e Colméia. O serviço do teleatendimento a usuários em insulinoterapia continua sendo prestado, na capital do Tocantins. Ao todo, os residentes conseguiram alcançar pacientes de sete unidades básicas de Saúde (UBS):



A Dra. Scarlatt Isabella Lázaro de Souza, também, detalha algumas dificuldades encontradas na execução do teleatendimento a serem superadas. “Ainda, há os desafios da prática do teleatendimento desse público, visto que, onde atendo, quase 70% são idosos. Quase metade deles não exerce mais o autocuidado e é necessário um cuidador para ajudar nas demandas de saúde em geral, o que dificulta o acesso às informações como prescrições, exames, laudos, entre outros itens. Com essa percepção, vi a necessidade de flexibilizar meus atendimentos, fazendo visitas domiciliares junto à equipe de Saúde da Família”, relata a farmacêutica.

Residência multiprofissional

A proposta do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC) nasceu com a publicação da Lei Municipal nº 2010, de 12 de dezembro de 2013, responsável por instituir o Programa Integrado de Residências em Saúde (PIRS), a qual foi revogada pela Lei nº 2.240, de 23 de março de 2016, em vigor atualmente.

A coordenadora do PRMSFC da Fesp, farmacêutica Karolyne Botelho, explica que a implementação do cuidado farmacêutico na rede de atenção básica de Palmas foi um ganho muito grande para a saúde da população assistida.

Por meio desse programa, a Fesp oportuniza o ingresso anual de farmacêuticos residentes para uma formação em serviço, com trabalho colaborativo e em equipe, e foco na integralidade do cuidado.

Foto: Pref. de Palmas



Karolyne Botelho

Coordenadora do Programa de Residência Multiprofissional de Palmas, farmacêutica Karolyne Botelho, afirma que implementação do cuidado farmacêutico na rede de atenção básica foi um ganho para a saúde da população assistida



Fazer a diferença na vida da população

“Perceber e avaliar o contexto epidemiológico, com a capacidade de adaptar-se, inovar-se, pensando em possibilidades de fazer saúde e a diferença na vida da população assistida, dentro das limitações impostas pela pandemia da Covid-19, foi, sem dúvidas, um grande desafio para todos os atores envolvidos nesse processo”, ressalta a Dra. Karolyne Botelho.

O objetivo central do PRMSFC é contribuir para a implementação e estruturação das equipes de saúde da família (ESF), no Município, e, desta forma, capacitar profissionais da saúde para atuação na atenção primária, prestando serviço de cuidado integral à saúde das pessoas, das famílias e das comunidades, cujo foco está na atuação multiprofissional e no fortalecimento do trabalho em equipe.

A primeira turma da residência integrou o programa, em 2014. A turma era composta por farmacêuticos, enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos, entre outras categorias profissionais. “Neste contexto, o teleatendimento aos usuários em uso de insulino terapia surgiu como uma das possibilidades de abordagem para a continuação do cuidado farmacêutico, abrindo caminhos e possibilidades, permitindo vislumbrar o quanto podemos somar junto à equipe multiprofissional, encontrando e conquistando o nosso espaço, em todo lugar em que se faz saúde, contribuindo, de forma efetiva, para melhoria da qualidade de vida da população”, comentou Karolyne Botelho.

Teleatendimento como medida sanitária

Com o objetivo de evitar a busca em massa pelos serviços de saúde, durante a pandemia, o Ministério da Saúde (MS) publicou a Portaria MS/GM nº 467, de 20 de março de 2020, e regulamentou o uso excepcional da telemedicina, devido ao avanço da infecção por Covid-19, no País, buscando promover a prestação de abordagem pré-clínica, suporte assistencial, consulta, monitoramento e diagnóstico, entre outros serviços.

Seguindo a mesma linha, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou a Nota Técnica nº 96/2020, a qual apresenta orientações para os estabelecimentos de saúde, inclusive as farmácias, durante o período da pandemia. A publicação preconiza que o farmacêutico deve elaborar estratégias para o gerenciamento dos atendimentos, buscando dirimir os riscos, tanto para si próprio, quanto para os pacientes. Para evitar o atendimento presencial, a nota da Anvisa disponibilizou orientações sobre a prestação de serviços farmacêuticos a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que sejam doentes crônicos.



Foto: Ráza Wilhomen/FESP

Presidente do CFF, Walter Jorge João, conheceu o projeto pessoal, em Palmas, em julho de 2021

Lançado, no dia 15 de julho, pelo Ministério da Saúde, o Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde pretende promover ações de valorização e qualificação das residências em saúde, por meio da concessão de incentivos que chegam a R\$ 258 milhões. Também, está previsto o aumento em 24% no valor das bolsas concedidas aos residentes e, pela primeira vez, bolsa no valor de R\$ 1.500,00 para tutores.

○ **Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde** consiste em um conjunto de ações estratégicas destinadas à valorização e qualificação de residentes, preceptores e gestores de programas de residência. [Saiba mais:](#)





Fica clara a **capacidade dos farmacêuticos junto aos pacientes**

Marttha Franco Ramos

Conselheira federal de Farmácia pelo Tocantins e Presidente da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (Fesp)

Capacitação dos farmacêuticos junto aos pacientes

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) participou da solenidade do MS representado pela conselheira federal pelo Tocantins, Marttha Franco Ramos, que, também, preside a Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (Fesp). “O empenho dos farmacêuticos faz-nos lutar por melhorias educacionais e trabalhistas. O resultado do trabalho com farmacêuticos à frente é muito gratificante, porque fica clara a capacidade desses profissionais junto aos pacientes.

A experiência do teleatendimento, por exemplo, tornou possível que pacientes não ficassem sem atenção, sem medicamentos e insumos de que necessitavam, durante o início do isolamento social. Além do trabalho desenvolvido, aqui na Fesp, o CFF está, cada vez mais, engajado em fortalecer a classe farmacêutica a nível nacional, por meio da promoção de capacitações. Deixo, aqui, os meus parabéns aos profissionais envolvidos nessa experiência exitosa”, conclui Marttha Franco Ramos.

As representantes da Fesp apresentaram o projeto no Plenário do CFF, em setembro de 2021





CFF adere às causas das mulheres e das farmacêuticas

Grupo de trabalho criado, em agosto de 2021, inicia trabalho voltado à saúde e aos direitos das mulheres

Uma profissão com a cara da mulher! Assim, é a Farmácia, no Brasil. As farmacêuticas representam 70% dos profissionais da categoria. E, como todas as mulheres, elas têm necessidades parecidas: a busca por igualdade e espaço, por menos violência e por mais saúde e cuidado. E farmacêuticas com seus direitos assegurados podem prestar uma assistência de mais qualidade a todas as pessoas. Foi com esse pensamento, e se inspirando no projeto Minas de Superação, do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF-MG), que o Conselho Federal de Farmácia (CFF) criou, em agosto de 2021, a partir de uma proposta da conselheira federal de Farmácia pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Márcia Saldanha (MS), o Grupo de Trabalho das Mulheres Farmacêuticas.

O lançamento oficial da iniciativa ocorreu, no dia 06.10.21, em comemoração ao Outubro Rosa, mês de conscientização sobre o câncer de mama e de colo de útero (para conferir como foi a transmissão do encontro virtual basta acessar o canal do CFF no Youtube). A vice-presidente do CFF, Lenira da Silva Costa, falou sobre o desafio. “O propósito é assumir os projetos já em curso e buscar o desenvolvimento de novas ações direcionadas à saúde da mulher, o incentivo à inserção da mulher farmacêutica na política partidária e a sua capacitação para o trabalho e proteção como trabalhadora”, explicou a conselheira pelo Rio Grande do Norte e dirigente do CFF.

Propósito é assumir projetos já em curso e buscar ações direcionadas à **saúde da mulher, o incentivo à inserção da farmacêutica na política partidária e a sua capacitação**

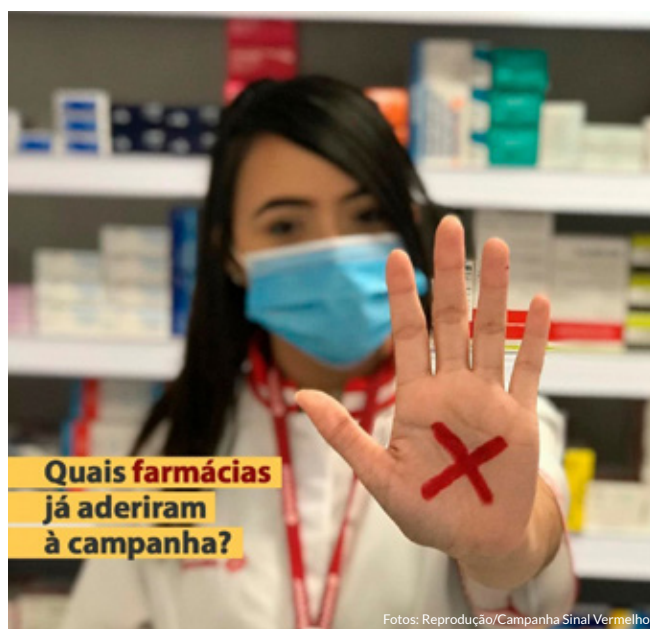


Lenira da Silva Costa
Vice-presidente do CFF

Sinal vermelho

Dra. Lenira Costa lembrou que o grupo foi formado, por ocasião do aniversário de 15 anos de criação da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, comemorado, em 7 de agosto. “E, entre as inúmeras atividades que assumimos, ficou sob nossa responsabilidade justamente a campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica, do Conselho Nacional de Justiça e a Associação dos Magistrados Brasileiros, da qual o CFF é parceiro.”

A campanha Sinal Vermelho incentiva mulheres a denunciar situações de violência, mostrando um X na mão, em vermelho, ao entrarem numa farmácia. A iniciativa foi institucionalizada, por meio da Lei 14.188/2021, que define o programa de cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei Maria da Penha e no Código Penal. A lei também altera o Código Penal, para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.



Saúde

Na linha de ação pela saúde da mulher, Dra. Lenira Costa lembra, ainda, que o Conselho Federal de Farmácia é uma das entidades que compõem o Grupo Executivo da Aliança Nacional para o Parto Seguro e Respeitoso. O movimento foi lançado, no dia 17.08.21, atendendo ao chamado da Organização Mundial da Saúde (OMS), que escolheu como tema do Dia Mundial da Segurança do Paciente, comemorado em 17 de setembro, o cuidado materno e neonatal seguro.

A Aliança Nacional reúne mais de 50 entidades da sociedade civil em torno da causa. “A repercussão dessas ações resultou na assinatura de uma carta de intenções em que o Ministério da Saúde adere às diretrizes da Aliança Nacional. Embora recente, esse grupo de trabalho já é intenso em atitudes”, concluiu a vice-presidente do CFF.



Integrantes do GT Mulheres Farmacêuticas

CONSELHEIRAS FEDERAIS: Lenira da Silva Costa (RN), vice-presidente do CFF; Márcia Saldanha (MS), Hortência Tierling (SC), Maria de Fátima Cardoso Aragão (SE), Maely Peçanha Fávero Retto (RJ), Marttha de Aguiar Franco Ramos (TO), Mônica Meira Leite Rodrigues (AL), Ernestina Rocha (GO). **INTEGRANTES DO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA MINAS DE SUPERAÇÃO:** Elaine Cristina Coelho Baptista (conselheira federal suplente – MG), Gizele Souza Silva Leal (farmacêutica).



[Assista à live](#) de lançamento do GT Mulheres Farmacêuticas



Ministério da Saúde e entidades pactuam aliança para parto seguro e respeitoso

O Ministério da Saúde, por meio de seu secretário de Atenção Básica, Raphael Parente, assinou, no dia 28.09.2021, em Brasília, a carta de intenções da Aliança Nacional pelo Parto Seguro e Respeitoso. Constituída por 52 entidades da sociedade civil, a Aliança Nacional foi criada, atendendo chamado da Organização Mundial da Saúde (OMS), que elegeu o “Cuidado materno e neonatal seguro” como tema deste ano (2021) pelo Dia Mundial da Segurança do Paciente, comemorado em 17/09. O Conselho Federal de Farmácia (CFF), que faz parte do grupo executivo da Aliança, foi representado, na solenidade de assinatura, pela sua vice-presidente, Lenira da Silva Costa.

“O Conselho Federal de Farmácia, desde o início, integra a Aliança Nacional, e trabalhou arduamente para a sua materialização, além de estar envolvido diretamente na campanha “Aja Agora para um Parto Seguro e Respeitoso”, a primeira iniciativa do grupo”, comenta a Dra. Lenira da Silva Costa. “Entendemos que os farmacêuticos, em diferentes áreas, como a farmácia clínica, as análises clínicas e a farmácia hospitalar, são essenciais para que os objetivos propostos pelo pacto sejam integralmente atingidos”, explica a dirigente do CFF.

Redução da mortalidade materna e neonatal

A carta de intenções assinada pelo Ministério da Saúde apresenta medidas para a redução da mortalidade materna e neonatal, entre elas, a garantia de acesso a leitos para o cuidado obstétrico e neonatal de alto risco, por meio de regulação efetiva. A razão da mortalidade materna, no Brasil, em 2021, tende a passar de 100 óbitos maternos para 100.000 nascidos vivos, quase o dobro do que foi registrado, antes da pandemia. Uma em cada cinco mortes maternas por COVID-19 ocorreu fora de uma unidade de terapia intensiva. Também, é grave a mortalidade neonatal: 2,5 milhões de recém-nascidos morrem, todos os anos. Segundo a Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente (Sobrasp), em 75,4% dos óbitos, as causas são evitáveis.

O presidente da Sobrasp, Victor Grabois, destacou que a adesão do Ministério da Saúde às diretrizes da Aliança Nacional representa um marco histórico. Ele agradeceu a todas as entidades que estão na Aliança pela compreensão de que enfrentar o problema é uma missão de cada um, mas para todos juntos. E a Aliança representa esse esforço de juntar a sociedade civil e o governo em torno da causa. “Reconhecemos que os números não são adequados, mas o mais importante é dizer que estamos juntos trabalhando por números que honrem o nosso País e traduzam o direito à vida, à saúde e uma experiência positiva no parto, que é objetivamente o momento mais bonito da vida de todo ser humano”, realçou o Dr. Victor Grabois.

A Aliança Nacional propõe resposta coletiva, abrangente e multiprofissional para a mortalidade materna. A iniciativa segue dez diretrizes, definidas pelas entidades que a integram. São elas: equidade, respeito, redes de atenção, parto adequado, prevenção à mortalidade materna, prevenção da prematuridade, letramento, empoderamento e engajamento, e participação da família.





CICLO DE
PALESTRAS

**Uma nova maneira de capacitar...
com a mesma qualidade de sempre!**

Confira a agenda nas
redes sociais do CFF!



@conselhofederaldefarmacia



LEMBRETE

Você já fez os cursos
gratuitos da plataforma
virtual do CFF?

Acesse já!

CURSOS

Rastreamento em saúde e
realização de 'Testes
Rápidos' para Covid-19
por farmacêuticos

Passo a passo para
consultar o SIGTAP

Serviços de Vacinação
por Farmacêutico

EVENTO

Farmácia na
Era da Disrupção

Faça já sua inscrição
e aprimore os seus
conhecimentos!



edufarma.cff.org.br